

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro Centro de Ciências Sociais
Programa de Estudos de América Latina e
Caribe

Bolsista: Giovana da Silva Gouvêa

Linha de Pesquisa: Cultura política e a questão social no Brasil – Uma análise do Estado brasileiro no século XX e XXI

Período de Coleta: 01 de fevereiro de 2024 até 29 de fevereiro de 2024

Data da notícia: **01/02/2024**

Título: Agora senador, Dino anuncia projeto para proibir acampamentos em frente a quartéis

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/01/agora-senador-dino-anuncia-projeto-para-proibir-acampamentos-em-frente-a-quarteis>

Ex-ministro da Justiça, Flávio Dino (PSB-MA) anunciou nesta quinta-feira, (1), que vai apresentar no Senado um projeto "antivivandeiras de quartel" para proibir a realização de acampamentos em frente a quartéis do Exército e outras estruturas militares. O anúncio foi feito por Dino durante a cerimônia de posse de Ricardo Lewandowski no Ministério da Justiça, realizada nesta manhã no Palácio do Planalto.

Dino, que fez seu discurso de despedida do ministério ontem, reassumiu o mandato de senador pelo Maranhão para o qual foi eleito em 2022. Ele chegou ao evento apresentando-se como parlamentar. Vai ocupar o cargo até o dia 22 de fevereiro, quando assume a cadeira de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Em uma rápida conversa com a imprensa, ele disse que vai apresentar um total de cinco projetos neste período e antecipou três deles.

Além da proposta que ele classificou de "antivivandeiras", Dino afirmou que deve apresentar também um projeto para mudar as audiências de custódia, que são as audiências realizadas com um juiz logo após a pessoa ser presa. Já o terceiro projeto sobre o qual antecipou

detalhes irá propor a utilização de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para reconhecer o mérito de policiais que pratiquem "atos especiais", como salvar a vida de uma pessoa.

O ministro não deu mais detalhes sobre as propostas e nem falou quais serão os outros dois projetos apresentados.

Data da notícia: **01/02/2024**

Título: Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos pode ter atividades interrompidas no Rio de Janeiro

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/01/programa-de-protecao-aos-defensores-d-e-direitos-humanos-pode-ter-atividades-interrompidas-no-rio-de-janeiro>

O Ministério Público Federal (MPF) solicitou informações ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (SEDSODH) sobre as medidas adotadas para manter, de forma adequada e permanente, o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

O programa é executado a partir de um convênio entre a União, o estado e uma instituição gestora e corre risco de ter as atividades interrompidas, considerando a perda de prazo para a celebração de termo aditivo ao convênio.

Além de questionar sobre a previsão da entrada de recursos para o programa estadual, o MPF também quer saber como será firmada a parceria entre a União e o estado e como será conduzida a seleção de uma nova entidade executora. O órgão pergunta, ainda, por qual motivo houve a perda do prazo pela União para celebração do termo aditivo do convênio e quais medidas o Ministério já tomou para apurar a eventual responsabilidade de órgão ou de servidores pela falha administrativa. As informações foram solicitadas no dia 25 de janeiro, os envolvidos têm um prazo de 10 dias para responder os questionamentos.

Em risco

O Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos tem o objetivo de oferecer proteção a defensores de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas que estejam em situação de risco ou sofrendo ameaças.

De acordo com o MPF, no Rio de Janeiro, o termo aditivo deveria ter sido celebrado até 17 de dezembro de 2023, data em que se encerrava o convênio entre a Secretaria Estadual e o Ministério. Já a parceria entre o estado do Rio de Janeiro e a entidade executora do programa tinha a vigência programada para acabar em 14 de janeiro de 2024. O ente estadual prorrogou a vigência por três meses e, após esse período, o futuro do programa é incerto.

Para o MPF, a política, que é essencial para assegurar a diversas lideranças que prossigam em sua luta por direitos, sofreu – e ainda sofre – grande risco de descontinuidade. Tanto pela falta de parceria de longo prazo com a entidade executora quanto pela perda do prazo para assinatura de aditivo pela União.

“Acrescenta-se que, em julho de 2023, o MPF havia sido informado que tudo estava sob controle, com o mapeamento das possíveis soluções para continuidade do programa e destinação de recursos. Contudo, apesar dos alertas, nada foi feito”, afirma o procurador da República Julio Jose Araujo Junior, que assina os ofícios.

Outro lado

Em nota divulgada em seu site, o Ministério dos Direitos Humanos informa que não houve descontinuidade no programa e nega que tenha ocorrido perda de prazo para a renovação. “É fundamental destacar que não houve perda de prazo. O que ocorreu é que no curso das tratativas, próximo ao encerramento da vigência entre o MDHC e o Governo do Estado, optou-se pela reavaliação das necessidades de melhorias no convênio, sendo identificada a necessidade de aprimoramento e fortalecimento da Política de Proteção no estado, assim como o atendimento às especificidades relacionadas ao contexto local”, diz o texto.

Leia abaixo a nota íntegra da nota:

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania informa que não houve descontinuidade nas atividades do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) no estado do Rio de Janeiro.

Inicialmente, o convênio firmado entre o então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, esteve vigente entre os dias 17 de dezembro de 2021 e 17 de dezembro de 2023. Por sua vez, a parceria entre o Estado do

Rio de Janeiro e a Organização executora do programa seguiu vigente até o dia 14 de janeiro, sendo esta prorrogada em caráter provisório até 14 de abril de 2024.

É incorreto dizer que houve negligência ou descontinuidade dos trabalhos do Programa, que segue regularmente operante, atendendo a todas as pessoas incluídas no PPDDH do Rio de Janeiro.

É fundamental destacar que não houve perda de prazo. O que ocorreu é que no curso das tratativas, próximo ao encerramento da vigência entre o MDHC e o Governo do Estado, optou-se pela reavaliação das necessidades de melhorias no convênio, sendo identificada a necessidade de aprimoramento e fortalecimento da Política de Proteção no estado, assim como o atendimento às especificidades relacionadas ao contexto local.

Para essa finalidade, este Ministério está em diálogo com o Governo do Rio de Janeiro, a fim de formular novo instrumento de parceria.

Data da notícia: **02/02/2024**

Título: Privatização de presídios 'abre espaço para infiltração do crime organizado', diz Silvio Almeida

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/02/privatizacao-de-presidios-abre-espaco-para-infiltracao-do-crime-organizado-diz-silvio-almeida>

Em café da manhã com jornalistas nesta sexta-feira, (2), o ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, afirmou que a privatização de presídios abre espaço para o crime organizado no sistema penitenciário e que isso é inconstitucional, pois seria delegar ao mercado a execução das penas, que é responsabilidade do Estado.

“Eu acho que privatização, seja de presídio, seja de sistema socioeducativo abre espaço para infiltração do crime organizado, que é tudo contrário do que queremos fazer. A gente abre espaço para que o crime organizado tenha mais um pedacinho do estado brasileiro. É inaceitável que a gente abra espaço para este tipo de coisa que nós estamos fazendo”, afirmou o ministro.

Ele comentou o assunto ao ser questionado sobre o decreto editado ano passado pelo vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB), e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT) que inclui presídios e segurança pública no Programa de Parceria de Investimentos, o PPI. O ministro deixou claro que sua posição pessoal, bem como a posição da pasta, é contrária às privatizações de presídios.

“É normal que haja esse tipo de divergência (com a área econômica), mas essa é a minha posição”, seguiu o ministro. De acordo com ele, as privatizações poderiam até ser consideradas ilegais.

“No fim das contas vira privatização da execução da pena, isso não pode acontecer, porque é inconstitucional, é ilegal. Esse é o debate que tem que ser feito”, seguiu o ministro. Ele explicou que, em muitos casos, se alega que a privatização envolve apenas a construção de edifícios ou mesmo a terceirização de alguns serviços, mas que, na prática, isso acabaria transferindo para uma empresa privada a execução da pena, que é uma atribuição do Estado.

“Se a gente abrir espaço para que haja esse tipo de coisa, vai virar um grande negócio e como um grande negócio pode haver a infiltração do crime organizado, porque vai abrir espaço para o lucro, ainda mais num esquema como esse”, explicou.

O tema está em debate no governo federal, de forma que o Ministério dos Direitos Humanos já encaminhou sua posição oficial para o Palácio do Planalto.

Rede Nacional de Direitos Humanos

Silvio Almeida também aproveitou o encontro para anunciar algumas propostas que pretende implementar até o fim do governo e disse que sua pasta vai começar a mapear entidades de direitos humanos em todo o país para a construção de uma rede nacional de Direitos Humanos.

“Quero que o maior legado do presidente Lula no campo de Direitos Humanos seja a criação da rede nacional de direitos humanos. Vamos mudar o papel da ouvidoria, não vai ser mais receber denúncia, mas sim receber, acompanhar e acionar parceiros no território”, seguiu o ministro. Atualmente, a pasta conta com uma Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, um canal para a população registrar suas dúvidas, reclamações e denúncias de desrespeito aos direitos humanos no país.

Apesar de receber as informações, o Ministério dos Direitos Humanos atualmente não consegue reunir informações sobre os desdobramentos dos casos após as denúncias

serem apresentadas. Para mudar isso, o ministro pretende que essa estrutura nacional seja capaz de realizar esse acompanhamento, inclusive utilizando entidades parceiras.

“Vamos pegar as áreas em que cada entidade atua e colocar em conjunção com as competências do Ministério. Estamos ainda em uma fase de montagem”, explicou.

Além da rede em si, o ministro aproveitou sua fala para reforçar a importância de se ampliar e institucionalizar a pauta dos Direitos Humanos no governo e chamou atenção para o fato de o governo ter lançado, dentro do concurso nacional unificado, um edital para preencher 40 vagas em especialista em Direitos Humanos e Cidadania.

Casa da morte

Silvio Almeida também contou que a pasta está atuando para transformar a Casa da Morte, um imóvel em Petrópolis que funcionou como centro clandestino de torturas do governo durante a ditadura militar, em um memorial como parte das iniciativas para marcar os 60 anos do golpe militar de 1964.

“Estamos em estágio avançado para que possamos adquirir a Casa da Morte e transformar em memorial, para lembrar das vítimas da ditadura militar, para não esquecer daqueles que tombaram para que o Brasil pudesse respirar”, afirmou Silvio Almeida. De acordo com o ministro, o imóvel está passando por um processo de desapropriação e a pasta está atuando em conjunto com a prefeitura e com o Ministério Público Federal para que o imóvel se torne um memorial público. O Ministério inclusive já acionou a Universidade Federal Fluminense para que ela elabore o projeto de memorial para o local.

Ainda sobre os 60 anos do golpe militar, o ministro explicou que toda documentação necessária para a reinstalação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos já foi encaminhada para a Presidência da República e que agora depende do presidente Lula dar andamento a isso. “O estágio hoje é aguardando a deliberação da Presidência da República”, afirmou.

Racismo

Silvio Almeida ainda aproveitou o bate-papo com jornalistas para rebater algumas das críticas que estaria recebendo, inclusive dentro do próprio governo por, supostamente, ser muito acadêmico. Em resposta, ele atribuiu as críticas a uma mistura de “burrice com racismo” e lembrou que o presidente Lula, desde sua primeira campanha presidencial em 1989 sempre esteve rodeado de assistentes e ministros bem conceituados academicamente.

"Eu tenho uma tripla formação. A minha formação é em direito, filosofia e economia. É uma formação muito parecida —mestrado, doutorado e pós-doutorado em economia— com a de um outro ministro, que se chama Fernando Haddad. O meu amigo querido Fernando Haddad", disse.

"Por que que, para mim, no meu caso, as minhas qualidades viram defeito? Percebe?", afirmou. "Eu fui professor da Universidade de Columbia, fui professor da Universidade Duke, fui professor da Escola de Administração da Fundação Getulio Vargas, sou professor da escola de direito. Vocês perceberam? Mas isso tudo, para mim, vira um problema. Por quê? Porque eu sou preto."

Data da notícia: **03/02/2024**

Título: Fazendeiros usam lei do marco temporal para reivindicar terra indígena onde Cabral chegou em 1500

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/03/fazendeiros-usam-lei-do-marco-temporal-para-reivindicar-terra-indigena-onde-cabral-chegou-em-1500>

Quando a esquadra de Pedro Álvares Cabral desembarcou em 1500 no litoral do Monte Pascoal, atual sul da Bahia, Pero Vaz de Caminha avistou indígenas e os descreveu em uma carta ao rei de Portugal: "eram pardos, todos nus".

524 anos depois, fazendeiros estão usando a recém-promulgada lei do marco temporal para reivindicar as mesmas terras. Eles foram ao Supremo Tribunal Federal (STF) tentar interromper o processo de ampliação da Terra Indígena (TI) Barra Velha do Monte Pascoal de 8 mil para 50 mil hectares.

Os pedidos judiciais, obtidos com exclusividade pelo Brasil de Fato, partiram de quatro grandes proprietários de terras de famílias ricas e influentes na região. O processo é relatado pelo ministro Cristiano Zanin, que se posicionou contra o marco temporal no julgamento do Supremo que derrubou a tese jurídica.

"Nossos ancestrais foram atacados, e hoje não é diferente. É um conflito que vem desde a invasão dos portugueses. Eles falam que nós somos invasores, mas invasores são eles", diz Erilza Pataxó, vice-cacica da TI Barra Velha.

O marco temporal será julgado novamente pelo Supremo neste ano, em ações que pedem a declaração da inconstitucionalidade da lei. Até lá, a vigência do critério de demarcação deverá continuar estimulando conflitos, dizem advogados e indigenistas.

Disputa não é só jurídica: "corremos risco de morte"

Segundo a líder Pataxó, 14 aldeias que protagonizam um processo de autodemarcação podem desaparecer, caso os fazendeiros obtenham vitória na Justiça. Pelo marco temporal, indígenas só têm direito às terras que ocupavam em 8 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição.

Erilza teme que a ofensiva jurídica ruralista alimente a crescente onda de violência que deixou dois jovens indígenas mortos há um ano – segundo as lideranças, vítimas de policiais e pistoleiros, que tentam impedir as retomadas indígenas sem ordem judicial.

Com base nos trechos da lei vetados por Lula e restaurados pelo Congresso, os proprietários de terras fizeram novas petições judiciais ao ministro Cristiano Zanin do STF no dia 11 de janeiro, oito dias após a promulgação.

"Certamente pedidos da mesma natureza ocorrerão em outras ações que tratam da matéria, tanto nos Tribunais Superiores, como nas instâncias inferiores, exigindo do Poder Judiciário a estabilização deste cenário de insegurança jurídica por meio da proteção dos direitos constitucionais dos povos indígenas", avaliou Paloma Gomes, assessora jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Quem são e o que alegam os fazendeiros

Os novos pedidos ao STF feitos com base na lei do marco temporal foram protocolados por quatro proprietários de terras: Adilson Braz Bosi, Creuza Antônio Chicon, Ordolino Campo Dall'Orto e Lindomar Antônio Lembranci.

O Brasil de Fato conversou com o advogado deles, Flávio Roberto dos Santos. Ele afirmou que o pleito de seus clientes é legítimo, pois não há decisão judicial anulando o processo anterior de demarcação em 8 mil hectares. Além disso, disse que o laudo antropológico de ampliação é parcial a favor do indígenas.

"Claro, todo conflito é reprovável e a solução harmônica sempre deve ser buscada. No entanto, temos um acirramento, considerando que no final de 2022 e início de 2023 tivemos um avanço significativo dessas invasões por parte dos indígenas reivindicando suas terras. Eles invadem as propriedades e isso gera conflito", afirmou o representante legal dos fazendeiros.

Até hoje pelo menos sete indígenas Pataxó já morreram em disputas relacionadas à Terra Indígena Barra Velha, incluindo um adolescente de 14 anos. Não há registros de mortes de fazendeiros.

Data da notícia: **04/02/2024**

Título: Rota mata duas pessoas na Baixada em ação após morte de PM; policial é baleado

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/politica/rota-mata-duas-pessoas-na-baixada-em-acao-apos-morte-de-pm-policial-e-baleado/>

Policiais da Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) da Polícia Militar de São Paulo (PM-SP) mataram duas pessoas na madrugada de sexta-feira (2) para sábado (3) na Baixada Santista. As mortes ocorreram horas depois da morte de um policial da Rota que havia sido baleado em patrulhamento também na Baixada.

O nome dos mortos ainda não foram divulgados. De acordo com informações divulgadas pela própria PM-SP, eles teriam tentado atirar em policiais. Um agente da Rota, de 33 anos, teria sido atingido no braço.

Na manhã deste sábado (3), o secretário estadual de Segurança, Guilherme Derrite –que foi agente da Rota–, anunciou via redes sociais uma nova operação na Baixada Santista. Ele escreveu dizendo que estava pessoalmente em Santos. Informou também que a nova operação tinha como objetivo “localizar criminosos que covardemente balearam o soldado Cosmo, policial da Rota, em região sob influência do crime”.

Samuel Wesley Cosmo foi baleado por volta das 17h20 de sexta-feira (2), em Santos. Sua morte foi confirmada horas mais tarde.

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) se posicionou sobre a morte de Cosmo na noite de sexta (2). Prometeu identificar e prender os responsáveis pela morte.

Derrite, no final da manhã, falou sobre o ferimento de um policial e disse que “criminosos haviam sido neutralizados”.

Operação Escudo

Deflagrada depois da morte de um soldado da Rota no último 27 de julho, a Operação Escudo matou 16 pessoas e prendeu outras 296 em menos de duas semanas. As hipóteses sobre o que pode estar por trás da chacina policial exaltada pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) extrapolam a simples vingança.

Outra fase da operação ocorreu entre setembro e outubro. Oito pessoas foram mortas após um ataque contra um policial militar aposentando.

Ativistas e jornalistas especulam se esta, que é a mais letal intervenção institucional da polícia de São Paulo desde o Massacre do Carandiru em 1992, estaria preparando terreno para a instauração de milícias – modelo tão disseminado no estado de origem do governador, o Rio de Janeiro.

Desde a deflagração da operação, agentes fizeram novas incursões na Baixada Santista após policiais serem feridos na região.

Procurada pelo Brasil de Fato, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) informou que “as Polícias Civil e Militar estão empenhadas na localização e prisão dos envolvidos nos recentes ataques aos policiais militares na Baixada Santista”. “As ações policiais visam restabelecer a ordem e seguem o rigor da lei, sendo que eventuais irregularidades são, devidamente, apuradas”, acrescentou.

Data da notícia: **05/02/2024**

Título: Arquidiocese confirma investigação sobre Júlio Lancellotti para ‘buscar a verdade’

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/arquidiocese-confirma-investigacao-sobre-julio-lancellotti-para-buscar-a-verdade/>

A Arquidiocese de São Paulo informou nesta segunda-feira 5 não ter arquivado recentes denúncias contra o Padre Júlio Lancellotti.

Em nota, a entidade disse ter tomado conhecimento de um “suposto novo fato de abuso sexual” envolvendo o pároco e reforçou a necessidade de “uma nova investigação”.

O caso ganhou tração a partir da proposta do vereador Rubinho Nunes (União) de investigar Lancellotti na Câmara Municipal, por meio da chamada CPI das ONGs.

“A recente divulgação de laudos periciais com resultados contraditórios e a notícia de um suposto novo fato de abuso sexual envolvendo o referido sacerdote requerem uma nova investigação da parte da Arquidiocese para a busca da verdade”, diz o comunicado da entidade.

“Não houve e não há arquivamento dessa atual denúncia, e a Arquidiocese segue atenta aos ulteriores elementos sobre os fatos denunciados e a toda investigação séria, fazendo o que lhe compete conforme a norma da Igreja e investigando o caso na área de sua competência, distante de interesses ideológicos e políticos, com serenidade e objetividade.”

O Padre Júlio Lancellotti afirmou, em nota, que tem “plena fé que as apurações conduzidas pela Arquidiocese esclarecerão a verdade dos fatos”.

“Sigo, de maneira inabalada, a esperança de um futuro que extirpe o ódio aos pobres das nossas ruas e dos nossos corações”, conclui.

Data da notícia: **06/02/2024**

Título: Pesquisa mostra melhora na aprovação de Lula e na avaliação geral do governo

Fonte pesquisada: <https://brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://brasildefato.com.br/2024/02/06/pesquisa-mostra-melhora-na-aprovacao-de-lula-e-na-avaliacao-geral-do-governo>

A aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a avaliação do governo chefiado por ele melhoraram entre novembro e janeiro, segundo levantamento publicado nesta terça-feira (6) pelo instituto AtlasIntel, que ouviu mais de 7.400 pessoas entre os últimos dias 28 e 31.

Segundo o instituto, 52% da população aprovam o presidente, contra 43% que desaprovam. No levantamento de novembro, esses índices eram de 50% e 47%, respectivamente. Ou seja, a diferença entre aprovação e desaprovação subiu de três para nove pontos percentuais. A margem de erro é sempre de um ponto percentual, para mais ou para menos.

Na mesma linha, a diferença entre a avaliação positiva e negativa do governo de uma forma geral também evoluiu de forma favorável. Em janeiro, 42% avaliaram o governo como "ótimo" ou "bom", enquanto os que avaliam como "ruim" ou "péssimo" eram 39%.

Agora, a tendência se inverteu, já que na pesquisa de janeiro a desaprovação do governo era numericamente superior à aprovação (45% a 43%).

O levantamento foi buscar ainda a percepção da população sobre as "imagens" de uma lista de figuras do cenário político. Lula teve o percentual de aprovação mais alto (51%), embora 45% dos entrevistados tenham dito que pensam negativamente sobre a imagem do presidente. Simone Tebet (47% de avaliação de imagem positiva e 43% negativa) e Tarcísio de Freitas (43% positiva e 34% negativa) foram os dois únicos com um saldo favorável nesse levantamento.

Por outro lado, personagens como o ex-presidente Jair Bolsonaro (43% de imagem positiva; 51% negativa); o ex-juiz, ex-ministro e hoje senador Sergio Moro (22% positiva e 65% negativa) e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (15% positiva e 62% negativa) tiveram saldo de imagem negativo.

Preferência partidária

Quando perguntados sobre qual o partido político de preferência, os entrevistados tiveram respostas pulverizadas. As únicas legendas com quantidade relevante de apoiadores declarados foram o PT, partido de Lula, com 29%; e o PL, de Bolsonaro, com 18%. Entretanto, ambos ainda ficaram abaixo dos 39% da resposta "nenhum".

Data da notícia: **07/02/2024**

Título: MPF emite nota contra projeto de lei que acaba com as saídas temporárias de presos do semiaberto

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/07/mpf-emite-nota-contra-projeto-de-lei-que-acaba-com-as-saidas-temporarias-de-presos-do-semiaberto>

O Ministério Público Federal (MPF) publicou um comunicado contra o Projeto de Lei 2.253/2022, que prevê o fim das saídas temporárias de encarcerados do sistema prisional em regime semiaberto, aprovado Comissão de Segurança Pública (CSP) do Senado, nesta terça-feira (6).

O órgão defende que a proposta legislativa é “flagrantemente inconstitucional”, uma vez que a saída temporária é um instrumento constitucional “importante” para “a ressocialização de condenados”. O MPF afirma ainda que “os discursos populistas que associam as ‘saidinhas’ ao aumento da criminalidade violenta carecem de embasamento em dados da realidade”.

Em 2019, a taxa de fuga do sistema prisional, incluindo aquelas decorrentes das saídas temporárias, foi de 0,99%, segundo dados oficiais do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Para o MPF, esse dado “deveria ser considerado um grande sucesso”.

“Em vez de buscar retrocessos, entendemos que o debate e as iniciativas em torno do sistema prisional seriam mais proveitosos se pautados pelos reais problemas que enfrentamos em todo o país, onde as prisões se encontram em um ‘estado de coisas inconstitucional’”, como já havia indicado o Superior Tribunal Federal (STF) em reconhecimento à violação massiva de direitos no sistema carcerário brasileiro.

“Importante destacar que o ordenamento jurídico já dispõe de medidas suficientes para evitar de forma peremptória o mau uso do benefício por parte de uma minoria, o que ocorre devido, sobretudo, à falta de financiamento adequado por parte do Estado de instrumentos de fiscalização de tão importante política pública.”

O projeto de lei aprovado pela CSP do Senado revoga o artigo 122 da Lei de Execução Penal, que estabelece até cinco saídas por ano, sem vigilância direta, para visitas às famílias, estudo ou participação em atividades de ressocialização.

O relator do projeto no Senado, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), afirmou que ao “permitir que presos ainda não reintegrados ao convívio social se beneficiem da saída temporária, o poder público coloca toda a população em risco”.

De autoria do deputado federal Pedro Paulo (MDB-RJ) e já aprovado pela Câmara, agora o projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Os parlamentares da CSP também aprovaram um requerimento de urgência para a votação da matéria no Plenário. A solicitação, no entanto, ainda será votada na tarde desta quarta-feira (7) por todos os senadores.

Data da notícia: **08/02/2024**

Título: Ato político dos 40 anos do MST reafirma a solidariedade como contraponto à crise do capitalismo

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/08/ato-politico-dos-40-anos-do-mst-reafirma-a-solidariedade-como-contraponto-a-crise-do-capitalismo>

Nesta quarta-feira (7), João Pedro Stédile estava feliz e emocionado. Rodeado por companheiros e companheiras das primeiras ocupações, de filhos e filhas da luta pela terra que vieram chegando ao longo dos últimos tempos e se somando aos quadros do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST). Também de autoridades municipais, estaduais e federais e aliados pertencentes aos mais diversos

campos e a outros movimentos populares, fez um discurso repleto de força, mística, indignação e emoção no Ato de celebração dos 40 anos do movimento no 20º Encontro estadual do MST-RS.

“Se eu pudesse dizer só com uma palavra qual é a marca do MST eu diria que é a solidariedade. É a solidariedade como princípio de vida. Se não houvesse solidariedade como é que as pessoas chegariam lá na base para organizar outras? Pode demorar, mas depois que alcançarmos a reforma agrária, o MST vai se tornar o Movimento da Solidariedade dos Trabalhadores e Trabalhadoras Brasileiros.”

Estava em território simbólico para a história da luta pela reforma agrária no RS, a antiga Fazenda Annoni. Um local onde há 40 anos era um latifúndio improdutivo tomado por capim. Em 1985, 1.500 famílias realizaram uma das maiores e mais exitosas ocupações que se tem notícia. Hoje a fazenda é segmentada em uma série de assentamentos repletos de produção, vida e diversidade, contando com infraestrutura de educação, espaços de convívio social e cultura, estruturas de cooperação e organização da produção, agroindústrias e empreendimentos individuais e coletivos.

João Pedro se emocionou ao relembrar companheiros e companheiras de luta – foi as lágrimas ao citar os saudosos Zecão e Adão Preto – e demonstrou gratidão com o aprendizado compartilhado por aqueles que precederam a luta do MST pela reforma agrária: Julião, líder das Ligas Camponesas que ensinou que o movimento precisa ser de massa, sem personalismos. Alexina Crespo que alertou para a importância do protagonismo das mulheres, que a luta deve ser travada lado a lado. Celso Furtado que indicou que as cooperativas seriam o caminho ideal para disputar a economia e os meios de produção com a burguesia. Exaltou as lideranças brizolistas, tão presentes naquela região, e lembrou a importância do movimento Master, que precedeu o MST na luta pela partilha da terra no RS.

“Nosso movimento foi construído pela classe trabalhadora. Por isso todos aqui são militantes do MST, independente de onde estejam atuando. A força do povo está na massa organizada, só a luta de massas traz mudanças. Sem luta de massas não há vitória.”

Ele lembrou que de 1979 a 1989 o Brasil viveu uma crise de grandes proporções. “Foi em meio a essa crise extrema do capitalismo, com fome, desemprego, que os trabalhadores coletivamente e em luta de classes construíram as organizações que estão aqui, todas elas são herdeiras daqueles dez anos. Foi dali que saíram a CUT, o PT, o MST e tantas outras, foi ali que vencemos a ditadura e ganhamos as Diretas Já.”

Crise do capitalismo, crise ambiental e crise política

Stédile afirma que hoje estamos vivendo um período parecido com o que vivemos entre 1979 e 1989, há uma crise estrutural do capitalismo. “O capitalismo não consegue mais resolver a produção para atender as necessidades da população. Os capitalistas continuam ricos e cada vez mais bilionários, mas o sistema que organiza a produção enfrenta essa contradição e não serve mais para a sociedade. O capitalismo está em crise estrutural e representa o sistema do passado, que não pode prometer mais nada para o futuro, por isso os capitalistas apelam para a barbárie.”

Segundo ele, ainda se soma à crise do capitalismo, a crise ambiental. “Nós percebemos através das mudanças climáticas. Calorão, tempestades, chuvas... O planeta corre risco. Por mais que o agronegócio esteja em festa, ganhando de novo, eles sabem que destroem a biodiversidade com os venenos e ajudam a desequilibrar o meio ambiente. Os capitalistas é que estão agredindo os povos indígenas na Amazônia, estão destruindo o cerrado, estão causando essas mudanças. O ser humano e a biodiversidade estão em risco no planeta Terra. E os capitalistas o que dizem? Nada. Ao contrário, querem vender o oxigênio das florestas como crédito de carbono.”

Para Stédile, o estado burguês não funciona mais. “Isso nos impõe a responsabilidade de repensar nossas organizações, repensar o trabalho de base, reorganizar as lutas de massa, destruir o capitalismo. Porque não haverá terra, alimentos, não haverá vida neste planeta se nós deixarmos o capitalismo funcionar. Os próximos 10 ou 20 anos será de muito mais luta, não será mais pela reforma agrária, será por uma sociedade igualitária, justa e sustentável.”

O ato dos 40 anos contou com a presença de amigos históricos do movimento, como o ex-governador Olívio Dutra, que viajou no ônibus junto com os representantes das cozinhas comunitárias, movimentos populares, sindicatos e partidos. Também participaram os deputados federais Dionilso Marcon e Reginete Bispo, o deputado estadual Adão Preto Filho representantes do senador Paulo Paim e da deputada federal Maria do Rosário, o presidente da CUT/RS, Amarildo Cenci, a juíza Ana Inês Algorta Latorre, representando a AJD (Associação dos Juízes pela Democracia). Além do superintendente do Ministério da Agricultura do RS, José Cleber, o presidente da Conab, Edegar Pretto, o superintendente do Incra no RS, Nelson Grasselli, e o prefeito de Pontão, Velton Hahn, e seu vice Deco.

Além das falas emocionadas, o ato foi marcado pela música que acompanha o MST desde o seu nascimento. Também não faltaram o parabéns a você e um bolo para celebrar os 40 anos de muita luta e muitas conquistas.

Data da notícia: **08/02/2024**

Título: Disputa entre aplicativos e entregadores chega ao STF e decisão terá impacto em todo mercado de trabalho

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/08/disputa-entre-aplicativos-e-entregadores-chega-ao-stf-e-decisao-tera-impacto-em-todo-mercado-de-trabalho>

O Supremo Tribunal Federal (STF) inicia nesta quinta-feira (8) julgamento sobre a existência ou não de vínculo trabalhista entre empresas de aplicativos e seus entregadores. O tema é um dos mais contemporâneos nos debates sobre o mundo do trabalho e chega ao plenário da Corte pela primeira vez. Os ministros vão se debruçar especificamente sobre a Reclamação (RCL) 64.018, ajuizada pela empresa Rappi contra decisões que reconheceram vínculo de emprego entre um motoboy e a empresa de logística.

A companhia questiona entendimentos da 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3) e da 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), alegando que o reconhecimento de vínculo trabalhista para o caso fere decisões anteriores do Supremo, que, argumenta, já reconheceu relações de trabalho não necessariamente pautadas pelas regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O relator do caso no plenário do STF é o ministro Alexandre de Moraes, que será o primeiro a votar no julgamento e já deu sinais de posicionamento contrário ao reconhecimento do vínculo trabalhista. Em novembro de 2023, ele concedeu uma liminar que suspendeu o trâmite do processo no TRT3 e, portanto, o cumprimento da sentença desfavorável à empresa. Nos autos, o ministro disse que o entendimento do tribunal "parece desconsiderar as conclusões do STF, que permitem diversos tipos de contratos distintos da estrutura tradicional do contrato de emprego regido pela CLT". Moraes citou, por exemplo, a decisão do Supremo que validou a terceirização de atividades-fim.

Nos bastidores do mundo jurídico, o entendimento atual em relação ao julgamento é o de que a Corte tende a favorecer a empresa Rappi, e não os motoboys. Isso porque os ministros têm dado seguidos sinais de alinhamento aos interesses do patronato. "De um

modo geral, a jurisprudência do STF tem sido bastante hostil aos direitos trabalhistas. Cito aqui a posição do Supremo validando a terceirização e quarteirização e também as decisões que referendaram a reforma trabalhista, que agregou uma porção de medidas de precarização ao mercado de trabalho brasileiro”, lembra o pesquisador Danilo Morais, doutorando em Direito na Universidade de Brasília (UnB) que estuda a jurisprudência do STF no que se refere a direitos sociais.

Também professor da pós-graduação do Ibmecc de Brasília, Morais destaca que o julgamento relativo ao caso da Rappi tende a gerar grande impacto no mercado de trabalho. Ele assinala que a Corte pode abrir uma "janela de oportunidade para a precarização", expondo ainda mais os trabalhadores de aplicativos.

"Na esteira do fenômeno que vem sendo chamado de 'uberização', essa decisão pode ser muito mais grave porque, a pretexto de ausência de regulação, pelo simples fato de as relações de trabalho serem mediadas por meio de tecnologias da informação, o Supremo pode admitir essa exceção como sendo suficiente para afastar as mais comecinhas salvaguardas ao trabalhador no mercado de trabalho, de modo que a tecnologia pode aí ser utilizada não para firmar uma nova forma de trabalho e ajustar a legislação a ela, mas simplesmente para demolir as franquias constitucionais e trabalhistas do mercado de trabalho."

O pesquisador lembra que o julgamento desta quinta tem grande peso inclusive pelo fato de a uberização ter se amplificado para além do trabalho relacionado a aplicativos. Em virtude disso, o entendimento que vier a ser firmado pelo Supremo deve gerar efeitos sistemáticos para toda a economia do trabalho no país, podendo agravar o cenário já dificultoso que se criou para a classe trabalhadora no Brasil nos últimos tempos. "Estamos falando de um processo que não se limita apenas a essas plataformas porque já é algo que alcança pequenos negócios em pequenos bairros na economia local", ilustra Danilo Morais.

"Impropriedade"

O jurista e professor de direito do trabalho Souto Maior, que leciona na Universidade de São Paulo (USP), chama a atenção para o que considera uma impropriedade da Corte ao se decidir pela avaliação do caso da Rappi. Ele explica que a reclamação constitucional é um mecanismo jurídico utilizado para preservar a autoridade de decisões do Supremo nos casos em que o Poder Judiciário tome alguma decisão que confronte entendimentos já consolidados pelo STF e que comprometa a ordem constitucional.

"Ocorre que o Supremo não tem decisão nenhuma sobre isso que seja precedente para que ele possa utilizar esse mecanismo para apreciar essa questão sobre o trabalho prestado por entregadores e motoristas a empresas de plataformas digitais. Então, o STF está se adiantando e vai se manifestar sobre isso em mecanismo processual completamente impróprio," afirma o professor.

Souto Maior pontua que o rito normal de um caso do tipo seria por meio de outros recursos. "O TST decide e, depois disso, há mecanismos de recursos no âmbito do próprio TST. Depois, há mecanismos de recursos extraordinários para o STF, lembrando que um recurso extraordinário requer a demonstração de que a matéria seria constitucional e envolveria necessariamente a apreciação do Supremo para a garantia da ordem constitucional. Mas o que temos nesse caso é algo que não se encaixa nisso em hipótese alguma."

O jurista frisa que o processo judicial da Rappi trata eminentemente de aspectos do direito do trabalho. "Se trabalhadores que prestam serviço ao Uber ou ao iFood são empregados ou não, essa é uma questão fática, que envolve a aplicação da CLT, direitos trabalhistas, enfim, mas não é uma questão constitucional. O Supremo está usando essa reclamação constitucional passando por cima do que seria o procedimento adequado. E, em um procedimento realmente adequado, essa questão sequer chegaria ao Supremo", esquadrinha.

Questionado se vê nessa atitude um STF mais político do que jurídico, o professor diz enxergar no caso uma Corte inclinada à cartilha dos segmentos econômicos. "Vejo nisso um Supremo muito econômico, no sentido de estar voltado para entender os interesses das grandes empresas, mas não só dessas empresas específicas, e sim do poder econômico como um todo porque a tendência é que o Supremo diga que nesse tipo de trabalho não há relação de emprego. Ao fazer isso, ele vai afastar a aplicação do direito do trabalho em uma relação que é, sim, tipicamente uma relação de emprego. O risco de isso se alastrar pra outras relações é muito grande. Não é pouca coisa o que o Supremo pode fazer nesta quinta."

Data da notícia: **09/02/2024**

Título: ‘Está sendo gravada?’: a preocupação de ministros de Bolsonaro em reunião com trama golpista

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/politica/esta-sendo-gravada-a-preocupacao-de-ministros-de-bolsonaro-em-reuniao-com-trama-golpista/>

O vídeo de uma reunião comandada pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL) em 5 de julho de 2022 expõe a preocupação de alguns de seus ministros com a possibilidade de o encontro ser gravado.

O material é um dos elementos que basearam a operação da Polícia Federal sobre a articulação de um golpe de Estado em 2022. O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, derrubou o sigilo da gravação nesta sexta-feira 9.

Segundo a PF, aquela reunião “nitidamente revela o arranjo de dinâmica golpista”.

“A reunião está sendo gravada? Está sendo gravada, presidente?”, perguntou o então ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário, antes de se pronunciar sobre as urnas eletrônicas.

Então candidato a vice-presidente, o general Walter Braga Netto (PL) respondeu que não havia gravação de todo o encontro. Na sequência, Bolsonaro endossou a versão: “Não, eu mandei gravar a minha fala”.

“O TCU já soltou um relatório dizendo que as urnas são seguras. O relator foi o Bruno Dantas”, prosseguiu, então, Rosário.

Depois, Bolsonaro pediu que órgãos como a Polícia Federal e a CGU, além de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil, elaborassem uma nota a alegar que seria “impossível” garantir a lisura do processo eleitoral.

Tensão

Na reunião, o general Augusto Heleno, à época ministro do Gabinete de Segurança Institucional, afirmou que pretendia infiltrar integrantes da Agência Brasileira de Inteligência nas campanhas de Jair Bolsonaro (PL) e de Lula (PT).

Em dado momento do encontro, Heleno foi interrompido por Bolsonaro, o que sinaliza a admissão de que não se tratava de algo legítimo.

“Dois pontos para tocar aqui, presidente. Primeiro, o problema da inteligência. Eu já conversei ontem com o Victor [Felismino Carneiro], novo diretor da Abin. Nós vamos montar um esquema para acompanhar o que os dois lados vão fazer”, disse o então ministro. “O problema todo disso é se vazarem qualquer coisa. Muita gente se conhece nesse meio. Se houver qualquer acusação de infiltração desse elemento da Abin em qualquer um dos lados...”

Bolsonaro, então, repreende Heleno: “General, eu peço que o senhor não fale, por favor. Peço que o senhor não prossiga mais na sua observação, não prossiga na sua observação. Se a gente começar a falar ‘não vazarem’, esquece. Pode vazar. Então a gente . Então a gente conversa particular na nossa sala sobre esse assunto”.

Após o “alerta”, o ministro do GSI passa tratar de outro aspecto da articulação. Segundo ele, “não tem VAR nas eleições”.

“Então, o que tiver que ser feito tem que ser feito antes das eleições. Se tiver que dar soco na mesa, é antes das eleições. Se tiver que virar a mesa, é antes das eleições. Depois das eleições, será muito difícil que tenhamos alguma nova perspectiva, prosseguiu.

“Isso aí tem que ficar bem claro, acho que as coisas têm que ser feitas antes das eleições. Vai chegar um ponto em que não vamos poder mais falar, vamos ter que agir. Agir contra determinadas instituições e determinadas pessoas, isso para mim é muito claro. Só isso.”

Data da notícia: **09/02/2024**

Título: Na cidade do RJ, bairro do Jacarezinho foi o mais afetado pela violência em janeiro

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/09/na-cidade-do-rj-bairro-do-jacarezinho-foi-o-mais-afetado-pela-violencia-em-janeiro>

O bairro do Jacarezinho, na zona norte do município do Rio de Janeiro, foi o mais afetado pela violência no primeiro mês de 2024. Os dados do Instituto Fogo Cruzado mostram que o

local acumulou 20 tiroteios/disparos de arma de fogo em janeiro. Segundo o levantamento, o número é o maior dos últimos oito anos.

Desde 2022, o Jacarezinho é ocupado pelo projeto Cidade Integrada. De acordo com o Fogo Cruzado, após a ocupação da polícia, o número de tiroteios cresceu 79%.

“Neste período de 24 meses houve 68 tiroteios/disparos de arma de fogo na região, com 13 pessoas mortas e 19 feridas, entre 19 de janeiro de 2022 e 31 de janeiro de 2024. No mesmo intervalo de tempo, 24 meses, no período pré-Cidade Integrada, entre 7 de janeiro de 2020 e 18 de janeiro de 2022, foram 38 tiroteios no Jacarezinho, com 28 mortos e 11 feridos”, aponta dados do relatório mensal do Instituto.

Na avaliação de Maria Isabel Couto, diretora de Dados e Transparência da organização, o estado do Rio de Janeiro segue sem um plano de segurança pública, e o que ocorre no Jacarezinho é consequência deste problema.

“O que está acontecendo no Jacarezinho é o resultado de políticas públicas feitas sem planejamento e sem monitoramento. É também resultado de uma escolha histórica dos governantes do estado do Rio de Janeiro de não construir planos de segurança pública efetivamente. O Cidade Integrada não é um plano de segurança pública. Ele é um projeto, como tantos outros que existiram em gestões passadas”, explica a diretora.

Rastro de sangue

No dia 6 de maio de 2021, a favela do Jacarezinho foi palco da maior chacina policial registrada na história do estado do Rio de Janeiro. A operação da Polícia Civil deixou 27 mortos e foi uma vingança após a morte do policial civil André Farias, baleado na cabeça no início daquela manhã.

Além das execuções sumárias, moradores denunciaram uma série de violações de direito, como invasões de casas, agressões e abusos de poder.

A chacina ocorreu durante a pandemia do coronavírus, com uma ação (ADPF 635) julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou que as operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro, enquanto durasse a pandemia de covid-19, fossem restritas.

Outros bairros

De acordo com o relatório mensal do Fogo Cruzado, depois do Jacarezinho, o bairro de Brás de Pina, também na zona norte, foi o segundo com mais tiroteios em janeiro, totalizando nove registros.

Os cinco bairros mais afetados pela violência armada em janeiro, segundo o levantamento foram: Jacarezinho (Rio de Janeiro): 20 tiroteios, 2 mortos e 7 feridos; Brás de Pina (Rio de Janeiro): 9 tiroteios, 2 mortos e 1 ferido; Praça Seca (Rio de Janeiro): 7 tiroteios e 3 mortos; Gardênia Azul (Rio de Janeiro): 6 tiroteios, 4 mortos e 1 ferido; Éden (São João de Meriti): 6 tiroteios e 1 ferido.

Data da notícia: **10/02/2024**

Título: Operação Escudo mata mais dois em SP. Carnaval em São Vicente é adiado devido à violência

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/10/operacao-escudo-mata-mais-dois-em-sp-carnaval-em-sao-vicente-e-adiado-devido-a-violencia>

Neste sábado, dois homens não-identificados, que teriam 36 e 37 anos, foram mortos em um suposto confronto com policiais militares no Morro do São Bento, em Santos, no litoral paulista. Com essas, já ocorreram 17 mortes na nova fase da Operação Escudo, realizada pelo governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Segundo a Secretaria da Segurança Pública (SSP), os policiais atuavam na Operação Verão, quando identificaram homens armados, carregando bolsas. A pasta afirma que eles atiraram contra os agentes.

Nos últimos dias, 14 civis e 3 policiais militares morreram em ações da mais nova fase da Operação Escudo, deflagrada em 2023 e supervisionada pessoalmente pelo secretário de segurança, Guilherme Derride.

A última etapa da operação escudo foi deflagrada em resposta à morte do policial militar da Rota - unidade mais letal da PM-SP - Samuel Wesley Cosmo, em Santos, na sexta-feira (2).

Carnaval adiado

A letalidade da Operação Escudo, da Polícia Militar paulista, que já deixou 17 mortos na baixada santista, motivou o adiamento do Carnaval 2024 na cidade de São Vicente, litoral paulista. O anúncio foi feito pelo prefeito Kayo Amado (Podemos) pelo Instagram.

"Consideramos que o adiamento das bandas e blocos que iriam se apresentar nos dias 9, 10, 12, 13 e 17 de fevereiro é a decisão mais acertada", disse o prefeito nesta sexta-feira (9).

"Nos próximos dias, teremos condições mais favoráveis para receber os foliões", acrescentou Amado, sem indicar a nova data para a comemoração.

Segundo publicação no Diário Oficial do município, a decisão foi tomada com o objetivo de "preservar a integridade dos foliões e organizadores de blocos".

Ações abusivas

Na sexta-feira (9) um homem foi baleado por um policial militar, no Parque Bitaru, em São Vicente. A vítima é coordenador da Secretaria de Serviços Públicos do município e foi atingida na perna e no tórax.

No vídeo que circula nas redes sociais, um policial militar que integra a Operação Escudo do governo de São Paulo, é flagrado atirando na perna do servidor e, após trocar alguns socos com ele, acerta outro disparo em seu peito.

No ano passado, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) reuniu ao menos 11 relatos de violações dos direitos humanos durante a Operação Escudo, na Baixada Santista, que matou 28 pessoas.

Testemunhas de execuções afirmaram que policiais chegaram a lavar a casa de uma das vítimas; outra teria sido morta por ter testemunhado policiais removendo corpos.

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) chegou a dizer em 2023 que puniria os responsáveis "se houver excesso". Em outra ocasião disse que estava "extremamente satisfeito" com a operação Escudo.

Data da notícia: **10/02/2024**

Título: Orçamento de universidades ainda não cobre perdas ocorridas nos governos Temer e Bolsonaro

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/10/orcamento-de-universidades-ainda-nao-cobre-perdas-ocorridas-nos-governos-temer-e-bolsonaro>

A política de assistência estudantil no Brasil não é um processo recente. Trata-se de uma luta travada por movimentos sociais e estudantis pelo menos desde a década de 1930, e diretamente relacionada aos contextos político, social e econômico de cada época.

Nos últimos anos, no entanto, houve um desmonte nas políticas e recursos voltados para as universidades como um todo, o que gerou fortes impactos nos estudantes mais vulneráveis. Durante o governo Michel Temer (MDB), parte do orçamento das universidades e institutos federais foi alvo de bloqueios, cortes e reduções. Já o governo Jair Bolsonaro (2019-2022) foi o que mais fez cortes nos Ministérios da Educação (MEC) e da Ciência e Tecnologia (MCT) desde 1999, ano mais recente em que há dados no sistema federal.

"A gente constata que destruir políticas públicas é muito fácil. Todo o processo de desmonte são ações muito rápidas, grosseiras, violentas. Enquanto para construir leva muito tempo entre conceber, projetar, implementar e ver os resultados", lamenta Raquel Nery, diretora da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES-Federação).

Para Nery, os efeitos do desmonte, quando somados à pandemia de covid-19, refletem-se na queda de inscritos no Enem; na queda do financiamento que garante as condições básicas de manutenção da comunidade universitária; aumento da evasão dos estudantes; além de um processo de desencantamento da experiência universitária.

"A universidade foi atacada de múltiplas maneiras, a dimensão orçamentária é uma delas, mas também a simbólica, na sua importância, representações. Houve um investimento muito pesado na desconstrução da imagem positiva da universidade na vida brasileira", avalia.

A diretora da PROIFES-Federação considera ainda outro elemento: as perdas subjetivas, que dizem respeito às experiências individuais e histórias dos diversos sujeitos afetados, inclusive estudantes com expectativas frustradas.

Quem conhece muitas dessas histórias é o Diretor do Instituto de Química da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Martins Dias Cerqueira. Para ele, o período foi especialmente complicado em dois aspectos. O primeiro é o corte de recursos, que precarizou a estrutura da universidade e tornou o retorno pós pandemia ainda mais difícil.

"Quando paramos, pela pandemia, a universidade estava com verba pra funcionar meio ano apenas. Então, era uma tensão na universidade sobre como a gente ia terminar o ano, sobre faltar dinheiro pra comprar papel higiênico, pagar servidor terceirizado", lembra.

O segundo aspecto destacado pelo professor são as agressões feitas pela última gestão federal. "Éramos um alvo de ataques, fake news foram espalhadas. Os ministros da Educação pareciam inimigos nossos. Foi um ambiente hostil."

Hoje, uma das principais preocupações de Cerqueira em sala de aula no, que diz respeito à comunidade universitária, é a saúde mental. O professor observa, por exemplo, ataques de pânico sofridos pelos estudantes.

"Fingimos que a pandemia não fez nada com a gente, e voltamos ao normal porque tiramos a máscara. As políticas de assistência estudantil envolvem também saúde, atendimento psicológico e outros atendimentos médicos que ficaram mais fragilizados no pós-pandemia", aponta.

Recomposição orçamentária

Após quatro anos de desmonte das universidades públicas, foram retomadas em 2023, ainda com orçamento apertado, as políticas de financiamento, assistência e permanência para as instituições de ensino superior no país.

Em abril, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou um repasse de R\$ 2,44 bilhões para o fortalecimento do ensino superior e profissional e tecnológico no Brasil.

Do total anunciado, 70% (R\$ 1,7 bilhão) tinham como destino a recomposição direta das finanças, com aproximadamente R\$ 1,32 bilhão para universidades e R\$ 388 milhões para institutos. Os outros R\$ 730 milhões deveriam suprir obras e ações deixadas sem cobertura pela gestão anterior, a exemplo da residência médica e multiprofissional e bolsas de permanência.

De acordo com Raquel, essa recomposição diz respeito ao que o estudante vai encontrar na universidade, ou seja, uma formação de excelência, lastreada em uma boa infraestrutura: de salas de aulas, laboratórios, internet, materiais e equipamentos necessários.

O reajuste do valor das bolsas de pesquisa é outro elemento fundamental apontado pela diretora da PROIFES-Federação. Foi feito reajuste de bolsas de fomento tecnológico e extensão em até 94%, e de 40% nas bolsas de mestrado e doutorado da Capes e do CNPq, cujos valores estavam congelados havia 10 anos.

"Essa medida tem um impacto enorme na vida dos nossos estudantes. Porque o estudante que trabalha para sobreviver ou complementar a renda, deixa de viver a universidade. Tem coisas que a universidade demanda em termos de experiências, práticas, vivências, que requer tempo, ambiência dentro das várias instâncias que a vida universitária abriga", pondera Nery.

Por fim, a diretora não deixa de destacar as necessidades básicas, como alimentação e moradia. Um exemplo, é a abertura do restaurante universitário no campus da UFBA do Vale do Canela.

Apesar dos avanços, Cerqueira faz ressalvas. O diretor do Instituto de Química acredita que a recomposição orçamentária foi um alento. Mas ainda é parcial. "Esse aumento de bolsas deu esperança aos estudantes porque o custo de vida aumentou muito da pandemia pra cá. Mas não estamos folgados. A bolsa ainda é muito defasada, não cobre as despesas."

"Tudo passa pelo orçamento", continua. O professor lembra que não é possível, por exemplo, aumentar a assistência médica, se o número de psicólogos contratados na universidade é pequeno; ou atender às necessidades dos estudantes em vulnerabilidade de moradia sem a estrutura básica mínima nas residências universitárias.

"Não é porque a reitoria quer, é porque não tem orçamento. Estamos falando de recomposição, porque tá abaixo do mínimo. Não estamos com orçamento equivalente ao de 2014 nominal ainda. E se fosse igual, ainda estaria defasado devido à inflação. A universidade é lugar de acolhimento, mas, para isso, o orçamento precisa ser recomposto de forma mais intensa, o que ainda não está sendo feito", explica.

Assistência estudantil

Para reconstruir décadas de trabalho proveniente da luta dos movimentos sociais e estudantis, é preciso muito mais tempo, recursos e políticas, segundo os professores. O objetivo é garantir a assistência estudantil para que os estudantes mais vulneráveis socialmente exerçam seu direito de permanecer na universidade.

Nery explica que o caminho a ser traçado não é simples, porque a universidade está sustentada no tripé: ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, é preciso primeiro localizar a política de assistência estudantil nessa dimensão da universidade.

"A universidade nunca existe em si mesma e para si mesma. De um lado, ela está em interação com os estudantes, porque o processo de formação não diz respeito apenas ao mundo do trabalho, mas também à dimensão humana. A priorização da política de assistência estudantil é resultado do reconhecimento de que um dos sentidos da universidade está nos sujeitos estudantes", observa.

Para aprimorar essa assistência, Raquel defende que é preciso considerar esses sujeitos nas suas várias dimensões: a saúde física, a saúde mental, a infraestrutura com bibliotecas, acesso à internet, alimentação, boas salas de aula e laboratórios e boas condições de trabalho dos professores e professoras. Além disso, a diretora acredita que a universidade precisa estar atenta a elementos como a evasão, estágios supervisionados, e a relação entre as características curriculares dos cursos e as demandas do mercado do trabalho em um mundo que se transforma rapidamente.

"Todos esses elementos também fazem parte dos desafios que a universidade encontra e que dizem respeito também aos usos dos recursos que a sociedade lhe fornece para que ela funcione e se volte, no fim das contas, para a própria sociedade", completa Raquel.

Data da notícia: **11/022024**

14Título: Lei que limita direito à terra de comunidades tradicionais maranhenses é questionada na Justiça

Fonte pesquisada: <https://www.brasilefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasilefato.com.br/2024/02/11/lei-que-limita-direito-a-terra-de-comunidades-tradicionais-maranhenses-e-questionada-na-justica>

Aprovada às pressas na véspera dos recessos do Legislativo e Judiciário, a lei 12.169, de 19 de dezembro de 2023, denunciada por mais de 300 organizações como "Lei da Grilagem", intensifica conflitos e coloca em risco à vida de comunidades tradicionais.

Estado onde reinam a soja, o eucalipto e grandes empreendimentos do agronegócio, o Maranhão está no topo dos índices de violência no campo, conflitos agrários e devastação do Cerrado, combo que pode ser ainda mais alarmante com a aprovação e sanção da lei.

Proposta pelo deputado estadual Eric Costa (PSD) logo antes do Natal, foi rapidamente aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador Carlos Brandão (PSB) na última sessão ordinária de 2023, em meio ao recesso Judiciário.

Entre outras medidas, a lei determina que "não serão objeto de regularização fundiária as terras tradicionalmente ocupadas por população quilombola, quebradeiras de coco e demais povos e comunidades tradicionais." Ao mesmo tempo, o texto amplia de 200 para 2,5 mil hectares a área que pode ser regulamentada por aquele que "comprove a morada permanente e cultura efetiva, pelo prazo de 5 anos."

Como explica o assessor jurídico da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Rafael Silva, "essa lei, ao atacar e proibir a titulação e a destinação de terras públicas do Maranhão para povos e comunidades tradicionais, expressa um racismo estrutural. Essa exclusão, além de inconstitucional, é racista e evidentemente pode ser denunciada em cortes internacionais de defesa dos direitos humanos", destaca Silva.

Um grupo de trabalho formado por cerca de 300 organizações faz duras críticas à lei e pede a revogação imediata, por diferentes frentes, em razão de sua inconstitucionalidade.

"Ela fere os nossos trabalhadores e as nossas trabalhadoras rurais, as comunidades tradicionais, os quilombolas, as quebradeiras de coco. Precisamos da sensibilidade do tribunal para que o estado do Maranhão não se torne um estado ainda mais violento e que mais desmata o nosso Cerrado e a nossa Amazônia", explica a presidenta da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Agricultores e Agricultoras Familiares do Maranhão (Fetaema).

Em nota publicada na Central Única dos Trabalhadores (CUT), as organizações alertam para algumas consequências da aplicação da lei no estado:

- Estimula uma corrida pela grilagem de terras, inclusive mediante o uso da violência;
- Fomenta e premia práticas de grilagem;
- Proíbe quilombolas, quebradeiras de coco e outras comunidades tradicionais a ter acesso às terras públicas do Maranhão;

- Favorece a especulação imobiliária à custa do patrimônio público e a reconcentração fundiária;
- Privatiza as terras públicas e entrega de graça, mais de 70 bilhões em terras para empresas nacionais e estrangeiras;
- Permite a privatização de minas, cachoeiras, lagoas e os campos da Baixada Maranhense;
- Aumenta a pobreza, as desigualdades, o desmatamento e os conflitos agrários e socioambientais, entre outros pontos extremamente negativos.

Integrante do grupo de trabalho, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) denuncia os riscos de intensificação de um massacre aos trabalhadores do campo no estado.

"A lei de terras vai contribuir com o aumento dessa violência no campo, com o avanço do agronegócio que tem devastado os nossos territórios. Nós lamentamos e, além de lamentar, os movimentos sociais recebem essa lei, essa afronta, com muita luta. A perspectiva que tem se construído é um processo de luta e mobilização, denunciando de diversas formas", denuncia Aldenir Gomes, que compõe a direção nacional do movimento no estado do Maranhão.

Para o MST, é necessário que a sociedade mobilize-se junto aos movimentos e entidades do campo, no sentido de denúncia dos impactos da lei.

"A Assembleia Legislativa precisa responder pelos seus atos, o governo do Maranhão precisa responder pelos seus atos e o conjunto da sociedade precisa se mobilizar e fazer a defesa dos movimentos sociais, dos territórios, e sobretudo ao nosso campo aqui no estado."

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que há 32 anos atua na defesa dos direitos das mulheres quebradeiras e suas famílias, é mais um dos grupos ameaçados pela lei.

Coordenadora do MIQCB, Maria Alaídes é uma das responsáveis pela aprovação da Lei Babaçu Livre, uma conquista histórica do movimento que prevê a proibição da derrubada de palmeiras, o livre acesso das comunidades agroextrativistas aos babaçuais, proibição do uso de agrotóxicos por pulverização, entre outras medidas de proteção socioambiental. Alaídes fala com angústia sobre a "Lei da Grilagem" no Maranhão e alerta que alteração de

acesso de 200 hectares para 2,5 mil hectares beneficia apenas grileiros e grandes produtores.

"Nós nunca tivemos terra. Temos uma luta que nos assegura, em alguns municípios, o acesso livre. Se a lei mudou a quantidade de terra para acesso de 200 hectares, passando para 2,5 mil hectares, distanciou principalmente as quebradeiras e quilombolas, de ter acesso a essas terras. E nós continuamos fazendo a pergunta: onde estão as terras públicas?", aponta Alaídes.

Segundo o movimento, as mulheres estão distribuídas em mais de 180 municípios no estado. Sem segurança, as consequências devem ir desde a intensificação de violências de gênero até o agravamento da fome.

"A gente estima que a concentração fundiária vai se tornar ainda mais grave no estado, pois estabelece critérios que o grande proprietário, o fazendeiro, o grileiro e as quebradeiras de coco vão ter que concorrer em suposta igualdade para ter acesso a essa terra pública, e sequer a informação de onde estão as terras públicas do Maranhão as quebradeiras acessam com facilidade", aponta a assessora jurídica do MIQC, Renata Cordeiro.

Cordeiro lembra que a Constituição Federal indica que as terras públicas devem ser destinadas à reforma agrária, à proteção ambiental e ao reconhecimento e titulação de povos e comunidades tradicionais. Portanto, a lei estaria indo contra a própria Constituição e provocando ainda mais vulnerabilidade às mulheres do campo.

"É uma lei que traz concentração de terras, vulnerabilidade para as mulheres do campo, insegurança alimentar e fome, e por isso as quebradeiras de coco hoje dizem não e vão buscar os meios judiciais e reparar a violação dos seus direitos".

O governo federal, por meio de nota do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, manifestou preocupação quanto à Lei, que já é alvo de uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF). Caso não ocorra a revogação da lei, o grupo de trabalho alerta que recorrerá a outras instâncias.

Data da notícia: **12/02/2024**

Título: MST completa 36 anos em MG com legado de milhares de vidas transformadas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/12/mst-completa-36-anos-em-mg-com-legado-de-milhares-de-vidas-transformadas>

O Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) completa 36 anos em Minas Gerais. Foi no dia 12 de fevereiro de 1988 que a primeira ocupação do MST ganhou vida na Fazenda Aruega, em Novo Cruzeiro, município do Vale do Mucuri. De lá para cá, com uma trajetória que evidencia a solidariedade do povo mineiro, o movimento acumula um legado de milhares de vidas transformadas pelo acesso à terra, à educação e à cultura.

Atualmente, são mais de 25 mil pessoas em 40 acampamentos e 43 assentamentos espalhados em nove das 12 regiões do estado. Nos lotes, as famílias sem-terra dedicam-se à produção de alimentos saudáveis, mas também têm a oportunidade de vivenciar processos de alfabetização, de formação e artísticos.

Maria José Santos, conhecida como Mara, foi morar com a família na primeira ocupação do movimento quando tinha apenas sete anos de idade. Ela conta que toda a sua trajetória individual se mistura com o histórico de lutas e conquistas do MST. Atualmente, ela vive no assentamento Nova Vida, também em Novo Cruzeiro.

Coletividade e solidariedade

Na infância, Mara teve a oportunidade de participar do primeiro encontro estadual das crianças “sem-terrinhas”. Foi educadora de jovens e adultos na adolescência, graduou-se pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) — que é uma conquista histórica do movimento — e, agora, é dirigente regional do movimento.

“O MST permite a experiência da vida em comunidade, de vivenciar uma escola em movimento, de participar da religiosidade feita de povo e de uma fé que é feita de ações coletivas e concretas. O movimento me permitiu estar no mundo de forma crítica, a partir da vivência no assentamento, nos encontros, nas lutas e mobilizações”, conta Mara.

Para ela, ao longo dos últimos 36 anos a organização também foi imprimindo a solidariedade como uma de suas principais marcas.

“As nossas conquistas são partilhadas com quem está ao nosso redor e com a sociedade. Não partilhamos apenas a produção, mas também o conhecimento, os valores e a cultura. Esse é um aprendizado muito bonito do movimento”, explica Mara.

Patrimônio

Brasilino Moreira da Silva, assentado na região do Vale do Rio Doce, destaca que, entre as várias conquistas do MST em Minas Gerais, o principal patrimônio do movimento é a militância dedicada a construí-lo.

“Os assentamentos são territórios livres de exploração, porque as pessoas passam a ser donas de sua própria terra. Nosso maior patrimônio são essas pessoas e a militância. Temos trabalhado bastante em nossa organização para construir um movimento realmente popular e de massas”, avalia.

Disputa da sociedade

Além da luta pela reforma agrária, o MST possui um profundo compromisso com a transformação da realidade brasileira. Para isso, o movimento cultiva um conjunto de princípios, como o da centralidade do trabalho, da direção coletiva e da democracia interna, e desenvolveu uma estrutura orgânica, que permite a combinação das formas de luta.

Atualmente, o movimento possui organizados no estado dos setores de educação, saúde, produção e mobilização, chamado de “frente de massas”, além de coletivos e cooperativas.

Além disso, no último período, o MST inaugurou dezenas de Armazéns do Campo, que comercializam produtos sem veneno e proporcionam o acesso à arte e à cultura popular nas grandes cidades. Belo Horizonte, Juiz de Fora e Montes Claros são exemplos de municípios mineiros onde a loja está presente.

Dirigente nacional que ajudou no processo de consolidação do MST no estado, Ênio Bohnenberger explica que um dos grandes aprendizados do movimento ao longo da sua história em Minas Gerais foi o de que é preciso se colocar para fora e ter capacidade de disputar a sociedade.

“Não ficamos apenas na luta pela terra, dentro do latifúndio. Aprendemos a desenvolver as várias formas de luta. Quem nos conhece de longe, enxerga o MST pelas ocupações, que é mesmo a nossa principal marca. Mas nós desenvolvemos muito mais coisas ao longo desses 36 anos”, destaca Ênio.

“Atualmente, estamos desenvolvendo, por exemplo, um grande programa de replantio de árvores na bacia do Rio Paraopeba, que foi atingida pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho. Essas ações nos proporcionam um legado, sem perder nunca a centralidade da luta de massas”, complementa.

Ao longo dessa trajetória, o movimento também organizou diversas edições de festivais da Reforma Agrária, de arte e de cultura, e jornadas formativas nas periferias.

Data da notícia: **12/02/2024**

Título: Saúde ‘recupera’ R\$ 17 bilhões não usados pelo governo Bolsonaro na pandemia

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/saude-vai-investir-r-17-bilhoes-nao-usados-pelo-governo-bolsonaro-na-pandemia/>

O Ministério da Saúde vai investir cerca de 17 bilhões de reais do Fundo Nacional de Saúde (FNS), até o final do ano, em ações de custeio e investimentos na área. A autorização foi publicada na edição da última sexta-feira 9 do Diário Oficial da União (DOU).

O montante bilionário deveria ter sido utilizado pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em medidas de enfrentamento à pandemia de Covid-19. Como os recursos não foram utilizados, estavam paralisados na pasta.

Em nota, o ministério informou que o valor deverá ser distribuído “aos fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, para despesas de ações e serviços públicos de saúde”.

O uso do valor para investimentos foi possível através da regulamentação da Emenda Constitucional 132/2023, que autoriza que se utilize o saldo financeiro dos fundos específicos para saúde.

Data da notícia: **13/02/2024**

Título: Investigado por tentativa de golpe, Bolsonaro convoca manifestação em São Paulo

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/13/investigado-por-tentativa-de-golpe-bolsonaro-convoca-manifestacao-em-sao-paulo>

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), investigado pela tentativa de um golpe de Estado, convocou uma manifestação na avenida Paulista, São Paulo, para 25 de fevereiro. O chamado foi feito na noite desta segunda-feira (12), por meio de um vídeo que circula nas redes sociais. "Deus, pátria, família e liberdade", declarou na convocação.

Segundo Bolsonaro, o ato será "pacífico" e "em defesa do nosso Estado Democrático de Direito". Ele pediu ainda que os apoiadores compareçam de verde amarelo. "Quero me defender de todas as acusações que têm sido imputadas à minha pessoa nos últimos meses", disse.

A manifestação foi convocada por Bolsonaro quatro dias depois de a Polícia Federal deflagrar uma operação que revelou um plano para mantê-lo no poder após a derrota nas eleições de 2022. A estratégia envolveria também a prisão do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, e de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

O jurista Pedro Serrano, doutor em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), enfatizou que o ex-presidente tem o direito de se manifestar, mas isso não tem o poder de alterar o rumo das investigações. "O fato é que existiu um conjunto de crimes graves", disse o jurista

Investigações se aproximam de Bolsonaro

A Operação Tempus Veritatis foi a maior ofensiva da Justiça até aqui contra auxiliares e ex-ministros de Jair Bolsonaro, além de militares de alta patente que apoiavam o ex-presidente.

O inquérito policial que deu origem à operação é o que investiga as chamadas milícias digitais, uma ampla investigação aberta pela PF para apurar a atuação não só de grupos que difundiram desinformação e atacaram as instituições durante o governo Bolsonaro, mas

também para identificar o uso da estrutura do Estado para abastecer essa rede e garantir ganhos políticos ao ex-presidente e seus aliados.

Conduzida por Alexandre de Moraes, a investigação não tem poupado esforços para avançar no núcleo bolsonarista e possui ao menos outras duas linhas de apuração avançadas e que podem gerar mais dor de cabeça para o ex-presidente. Sobretudo, devido a informações que foram encontradas com o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid, que fechou um acordo de colaboração premiada com a Polícia Federal após ser preso.

Nos aparelhos eletrônicos de Cid e na nuvem de sua conta pessoal de e-mail os investigadores encontraram diálogos comprometedores em aplicativos de mensagens, fotos e o polêmico vídeo da reunião ministerial de 5 de julho de 2022 que, segundo os investigadores, expõem a "dinâmica" da trama golpista arquitetada de dentro do governo Bolsonaro.

Data da notícia: **15/02/2024**

Título: Cinco trabalhadores são resgatados em condições análogas à escravidão na serra gaúcha

Fonte pesquisada: <https://www.brasilefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasilefato.com.br/2024/02/15/cinco-trabalhadores-sao-resgatados-em-condicoes-analogas-a-escravidao-na-serra-gaucha>

Cinco trabalhadores foram resgatados em condições análogas à escravidão em uma propriedade rural no município de Farroupilha, na serra gaúcha, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com apoio da Polícia Federal (PF). A operação foi realizada na terça-feira de Carnaval (13). O empregador foi preso em flagrante e o alojamento em condições degradantes foi interditado. Todos os resgatados são homens, sendo dois adolescentes e um proveniente do Uruguai.

O Ministério Público do Trabalho (MPT-RS) informa que, em regime de plantão, monitorou os desdobramentos da operação junto à fiscalização da Gerência Regional do Trabalho e Emprego (GRTE) de Caxias do Sul. Os adolescentes tem 15 e 17 anos e estavam

desacompanhados de seus representantes legais. Com exceção do homem uruguaio, vindo de Rivera, todos eram provenientes de Santana do Livramento, na fronteira com o país vizinho.

De acordo com o relatado pelos auditores-fiscais do MTE, os trabalhadores foram contratados na cidade de origem mediante falsas promessas em relação à remuneração, alimentação e moradia. Foram deslocados com transporte efetuado pelo próprio empregador ou com passagens por ele custeadas. Ao chegarem na propriedade rural, localizada em Linha Jansen, interior do município, foram alojados em péssimas condições de saúde, segurança e higiene.

Alojamento em condições degradantes

Segundo o que foi averiguado pela ação fiscal do MTE, o acesso ao alojamento ficava escondido nos fundos de uma câmara fria e permanecia fechado por uma porta de metal para não ser descoberto. Os trabalhadores precisavam atravessar pela sala de máquinas do sistema de refrigeração do estabelecimento e eram orientados a fugirem e se esconderem caso se iniciasse uma fiscalização na propriedade rural, ou a indicarem outros locais como sendo seus locais de alojamento.

Além de estar situado em local impróprio, ruidoso em função do funcionamento do maquinário, as condições de limpeza e sanitárias eram precárias. O MPT-RS relata que havia esgoto a céu aberto e não eram fornecidos itens para limpeza e higiene, inclusive papel higiênico. Nas camas havia colchões velhos, desgastados, ou somente espumas. O alojamento foi interditado pelo auditores-fiscais.

Segundo a Fiscalização do Trabalho, a comida fornecida era escassa e pouco variada, basicamente feijão, arroz e pedaços de frango, insuficiente na divisão entre todos os trabalhadores. Qualquer alimento a mais seria cobrado pelo empregador. Todos os utensílios necessários para alojamento ou trabalho também eram cobrados pelo empregador.

“A remuneração que efetivamente seria paga não correspondia ao salário oferecido originalmente. O valor prometido por dia de trabalho somente se concretizaria caso os trabalhadores laborassem no mínimo 16 horas por dia, o que significaria – se tal horário fosse cumprido - extrapolação da jornada de trabalho legal em oito horas por dia. Não havia dia para descanso e os dias de chuva não eram remunerados”, informa o MPT-RS.

Empregador foi preso em flagrante

Em decorrência da ação fiscal, o empregador foi preso em flagrante e conduzido à delegacia da Polícia Federal (PF) pelos crimes de redução à condição análoga a de escravo e de tráfico de pessoas (arts. 149 e 149-A do Código Penal).

O MTE informa que está adotando os procedimentos de pós-resgate: a hospedagem dos empregados em outro local; o cálculo e a cobrança de verbas rescisórias e valores devidos; o encaminhamento do seguro-desemprego para os resgatados e custeio do retorno às cidades de origem. O MPT-RS, ao ser informado da operação, instaurou um procedimento para apuração do caso. As investigações seguem em curso.

Este é o segundo resgate de trabalhadores em condições semelhantes à de escravo na serra gaúcha no início deste ano. No dia 31 de janeiro, 22 argentinos que trabalhavam na colheita da uva em propriedades de São Marcos e região foram resgatados.

Data da notícia: **15/02/2024**

Título: Associação de igreja bancará ato de Bolsonaro em São Paulo, diz Malafaia

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/politica/associacao-de-igreja-bancara-ato-de-bolsonaro-em-sao-paulo-diz-malafaia/>

O pastor Silas Malafaia afirmou nesta quinta-feira 15 que a manifestação convocada por Jair Bolsonaro (PL) para 25 de fevereiro, em São Paulo, será financiada com recursos da Associação Vitória em Cristo, ligada à Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo.

“A entidade [por] que somos responsáveis, no nosso estatuto, prevê que ela pode fazer manifestações públicas. Então, os recursos são exclusivos da Associação Vitória em Cristo”, disse o pastor. “Não tem recursos de políticos, não tem recurso de caixa dois, de onde quer que seja. Estamos amparados legalmente para fazer esse tipo de manifestação.”

A declaração foi concedida após uma reunião com Bolsonaro e aliados políticos na sede do Partido Liberal, em Brasília.

Inicialmente, Malafaia havia indicado que apenas o trio elétrico “Demolidor” seria pago pela igreja. A Associação Vitória em Cristo, comandada pelo pastor, é mantida por doações de fiéis.

O encontro desta quinta ocorre uma semana depois da operação da Polícia Federal contra Bolsonaro e aliados para apurar a tentativa de golpe de Estado em 2022.

Data da notícia: **16/02/2024**

Título: Silas Malafaia recua e diz que associação de igreja não pagará ato pró-Bolsonaro

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/silas-malafaia-recua-e-diz-que-associacao-de-igreja-nao-pagara-ato-pro-bolsonaro/>

O pastor Silas Malafaia afirmou, nesta sexta-feira 16, que a associação ligada à Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo não irá mais financiar o ato do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), programado para ocorrer no final de fevereiro na Avenida Paulista.

Na quinta-feira, ele havia confirmado que o pagamento de toda a estrutura em que Bolsonaro fará seu discurso seria bancado pela associação religiosa. Após críticas, Malafaia informou que o dinheiro para financiar o ato contra a operação da Polícia Federal sairá da sua conta pessoal.

“Atenção: até agora nada foi pago do evento do dia 25/02. Nem a Assembleia de Deus Vitória em Cristo ou a Associação Vitória em Cristo vão pagar coisa nenhuma. [...] A responsabilidade é minha e pessoal. Com o maior prazer farei isso em favor do Brasil”, afirmou, em nota, Silas Malafaia.

As críticas vieram pelo fato de que, tanto a igreja, quanto a associação comandada por Silas têm benefícios fiscais. O ‘desvio de função’ das doações de fiéis também gerou certa revolta após o anúncio.

Apesar do recuo, Malafaia defendeu a posição inicial de que a associação poderia, se quisesse, bancar um ato político. Segundo alegou, o custeio de manifestações públicas está no estatuto da entidade e, portanto, estaria 'juridicamente amparado'. "Mesmo assim não pagará um centavo", reforçou o religioso após a repercussão negativa da ação.

O ato convocado por Bolsonaro pretende, nas palavras do ex-capitão, fazer uma fotografia do tamanho de seu apoio político após ser alvo de uma operação da Polícia Federal. A ação da PF mirou o ex-capitão por suspeitas de articulação de um golpe de Estado.

Data da notícia: **16/02/2024**

Título: Rio de Janeiro tem a tarifa de gás de cozinha mais cara do país, segundo Firjan

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/16/rio-de-janeiro-tem-a-tarifa-de-gas-de-cozinha-mais-cara-do-pais-segundo-firjan>

O Rio de Janeiro tem a taxa mais cara do Brasil de gás para residências, apesar de ser o líder na produção de Gás Natural Veicular (GNV). São R\$ 12,25 que a CEG-Rio cobra por 1m³, quase o dobro da mais barata, a SERGÁS em Sergipe, R\$ 6,15. A situação não é melhor no GNV para comércio, a 2ª mais cara do país, são R\$ 9,23 da CEG-Rio por 10 m³, quase o triplo que cobra CIGÁS (AM) – R\$ 3,44. Já para indústrias, a mesma coisa, o Rio de Janeiro aparece entre as cinco primeiras mais caras de todo território.

A calculadora elaborada pela gerência de Petróleo, Gás e Naval da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) simula com a tarifa de gás natural e o valor total da fatura do consumidor por segmento – residencial, comercial, industrial e GNV – conforme a sua faixa de consumo e a última deliberação vigente em cada estado selecionado. Ao ser preenchido o consumo e o segmento, é calculado automaticamente o valor médio da tarifa de gás, possibilitando comparação em relação as 19 distribuidoras estaduais.

Além da calculadora, a Firjan lançou recentemente o “Perspectivas do Gás no Rio”, estudo que destaca que, além do recorde na produção nacional em 2023, frente ao ano anterior, o estado no Rio de Janeiro reforça a sua liderança na produção de gás, atingindo a marca recorde de 72% de toda a produção bruta do país e também recorde com 51% da produção disponível. Conforme o levantamento, a produção bruta de gás no Brasil foi de 145 MMm³/dia, entre janeiro e outubro de 2023, um crescimento de 5% frente a média de 2022 (138 MMm³/dia).

Vale lembrar que a tarifa final ao consumidor é composta por algumas parcelas: o custo da molécula de gás natural, a tarifa de transporte, a margem de distribuição, impostos e taxa de regulação. Veja abaixo as cinco tarifas mais altas e as cinco mais baixas no Comparativo da Tarifa de Gás Natural por Distribuidora (R\$/m³) para os segmentos industrial, residencial e GNV.

Segmento Residencial – 1m³/dia

Mais altas

- CEG (Região Metropolitana do Rio) – R\$ 12,25
- COMGÁS (SP) – R\$ 10,33
- GASMIG (MG) – R\$ 9,22
- Gás Brasileiro (SP) – R\$ 8,96
- CEG Rio (interior fluminense) – R\$ 8,72

Mais baixas

- COMPAGAS (PR) – R\$ 6,71
- CIGÁS (AM) – R\$ 6,71
- COPERGÁS (PE) – R\$ 6,49
- PBGÁS (PB) – R\$ 6,35

CO

Data da notícia: **17/04/2024**

Título: 'Estão passando por cima da gente', diz cacique sobre exploração de gás e petróleo no Amazonas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/17/estao-passando-por-cima-da-gente-diz-cacique-sobre-exploracao-de-gas-e-petroleo-no-amazonas>

Em maio de 2023 a empresa Eneva S.A., considerada a maior operadora privada de gás natural do país, retomou a garantia de licenciamento para as atividades de exploração de gás natural e petróleo no Campo de Azulão, localizado no município de Silves, no estado do Amazonas, liberadas com base em um Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) feito em 2013.

Naquele período, o licenciamento havia sido suspenso pela 7ª Vara da Justiça Federal em Manaus (AM), com base na argumentação de que caberia ao Ibama o licenciamento, e não ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), além da ausência de estudos de componente indígena.

Com dez anos de diferença entre o estudo e as operações, os planos da empresa e a realidade socioambiental foram alterados, mas um novo EIA-RIMA não foi apresentado, além de conter graves erros como, por exemplo, não considerar a presença de povos indígenas na região, conforme aponta o coletivo Resistência Amazônica, do qual a Comissão Pastoral da Terra (CPT) faz parte.

No início do mês de fevereiro deste ano, o Ministério Público Federal (MPF) ingressou com petição na Justiça Federal solicitando, com urgência, a suspensão imediata de todos os processos de licenciamento ambiental perante o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) que envolvam a empresa Eneva S.A. e suas subsidiárias.

Ameaças aos povos indígenas da região

Relatório publicado em agosto de 2023 pela CPT Prelazia de Itacoatiara identifica sete aldeias em Silves, compreendendo as etnias Mura, Munduruku e Gavião. Em Itapiranga, a 50 quilômetros de distância, a Comissão aponta que pode haver indígenas isolados pertencentes ao povo Pariqui.

As atividades de exploração tiveram início sem consulta prévia (contrariando a Convenção 169 da OIT), e os povos indígenas denunciam impactos nos seus territórios e seus modos de vida. Desde então são alvos de ameaças, violações de direitos e insegurança, como é o

caso do cacique Jonas Mura, da Terra Indígena Gavião Real, que junto à Associação de Silves Pela Preservação Ambiental (ASPAC) apresentou denúncia ao Ministério Público Federal (MPF).

“O impacto ambiental que ela [Eneva] vem criando é grande, vem prejudicando na nossa caça, na nossa pesca, barulho de caminhões passando de um lado para outro da nossa reserva. E ela diz que já teve audiência pública com a gente, mas nós nunca fomos consultados por ela, nem por órgão nenhum que deu licenciamento para que essa empresa pudesse operar aqui. Inclusive, tem cinco perfurações próximo da nossa aldeia, feitas sem nossa autorização, sem nossa consulta”, denuncia Mura.

Mura explica ainda que na região os indígenas sobrevivem da caça e pesca, ameaçadas desde o início da exploração. Ele também aponta que contam com um polo de atendimento pela Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), vinculada ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Manaus.

“Nós sobrevivemos da caça e da pesca, nós temos produção e coletamos da floresta, breu, copaíba, cumaru, castanha, andiroba, mas onde essa empresa passou para fazer esses buracos, nós não podemos mais passar lá, porque eles derrubaram tudo, devastaram tudo. E olha, se não existisse indígena aqui o governo nunca ia enviar investimento para cá, mas temos um polo base com médico, enfermeiro, dentista, tudo enviado pelo governo federal”.

A situação chega ao ponto de que, para comprovarem suas próprias existências e reivindicarem serem ouvidos, os indígenas recorrem ainda a dados públicos, a exemplo do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“A maior prova de que existe indígena aqui é o próprio IBGE, o último Censo apontou a presença de 1.066 indígenas somente no município de Silves, e a gente precisa ser ouvido por essa empresa, por esses órgãos que estão licenciando a exploração aqui, porque nós existimos, e eles estão passando por cima da gente, não estão respeitando os nossos direitos”.

Nova recomendação de suspensão do licenciamento

Com base nesse conflito, o Ministério Público Federal (MPF) ingressou com petição na Justiça Federal solicitando, com urgência, a suspensão imediata de todos os processos de licenciamento ambiental perante o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) que envolvam a empresa Eneva S.A.

No dia 9 de fevereiro, o juiz da 7ª Vara Federal Ambiental e Agrária da Seção Judiciária do Amazonas (SJAM), Rodrigo Melo, indeferiu liminarmente o pedido de suspensão emergencial e concedeu prazo de 15 dias para as partes se manifestarem no processo, especialmente quanto à inserção de novas informações agregadas, a exemplo de indícios da possível existência de indígenas isolados na área do empreendimento, conforme aponta relatório da CPT.

A CPT Prelazia de Itacoatiara segue acompanhando o caso e reivindica que seja feito um estudo atualizado, que aponte a real dimensão dos impactos na região, além da garantia de consulta livre, informada e prévia aos povos indígenas, conforme explica Jorge Barros.

“Não há estudos suficientes que esse projeto possa avançar nessa região sem causar morte e destruição, e estou falando dos impactos que vão além do estado do Amazonas, inclusive. Esperamos que a Justiça Federal possa acatar essa recomendação do MPF, e que o Estado brasileiro cumpra seu papel, que é garantir a defesa e proteção da vida humana e da preservação da nossa casa comum”.

Barros declara ainda preocupação com relação à vida dos indígenas que seguem sob ameaças.

“Eles são ameaçados por resistirem a esses projetos, e o Estado precisa garantir políticas públicas que garantam a eles proteção e segurança alimentar, e somente após os devidos estudos técnicos de que não haveria prejuízos é que [as atividades da empresa] poderiam avançar”.

Empresa

Em nota enviada à nossa reportagem, a empresa Eneva S.A. informa que “as licenças ambientais no complexo de Azulão, no Amazonas, seguem vigentes, conforme decisão das instituições responsáveis”.

Aponta ainda que “não foram identificadas comunidades tradicionais indígenas e/ou quilombolas na área do Campo de Azulão, conforme as bases oficiais da Funai e Incra, que regulamentam a definição no Brasil. Dessa forma, não há o que se falar de ausência de estudos indígenas ou quilombolas, pois não há previsão legal para tal”.

O comunicado “reitera que os procedimentos de licenciamento seguiram todas as etapas necessárias, incluindo a realização de audiências públicas e a expedição de licenças de instalação e operação conforme as exigências legais. Atualmente, o gás produzido na unidade de Silves abastece uma geradora de energia elétrica que substitui geração a óleo

combustível e óleo diesel que atende mais de 50% de toda a energia consumida no estado de Roraima”.

O Brasil de Fato também enviou questionamentos ao Ipaam, mas não obteve retorno até a publicação da reportagem.

Data da notícia: **18/02/2024**

Título: Após ordem do governador, polícia gaúcha vai investigar abordagem a motoboy negro esfaqueado

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/18/apos-ordem-do-governador-policia-gauc-ha-vai-investigar-abordagem-a-motoboy-negro-esfaqueado>

Após uma ordem do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), a Corregedoria da Brigada Militar vai investigar a abordagem da polícia gaúcha que, neste sábado, (17), deteve um motoboy negro que foi esfaqueado na rua. Apesar de ter sido vítima de agressão, ele foi levado por brigadistas militares acusado de desacato a autoridade.

O caso chamou a atenção e causou revolta entre as pessoas que estavam nas imediações do local, já que, em um primeiro momento, a Brigada Militar (nome da Polícia Militar no Rio Grande do Sul) não teria abordado o agressor, que pôde retornar para o apartamento onde mora e guardar a faca, segundo relatos nas redes sociais.

O episódio ganhou repercussão nas redes graças a um vídeo postado pelo professor Renato Levin Borges, de 40 anos, em seu perfil no X/Twitter retratando o ocorrido. Tanto o agressor quanto o motoboy negro acabaram sendo levados pela polícia para prestar depoimento e liberados depois.

Com a repercussão do caso, o governador Eduardo Leite foi às redes sociais anunciar que havia determinado à Corregedoria da Brigada Militar a abertura de uma sindicância para ouvir todos os envolvidos na abordagem.

Após a determinação do governador, a Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul divulgou nota, às 22h48 de sábado informando sobre a abertura das sindicâncias e as investigações da Polícia Civil.

"A Polícia Civil registrou dois boletins de ocorrência – um por lesão corporal e outro por abuso de autoridade – e investigará os casos por meio de novos depoimentos de testemunhas e análise das imagens", diz trecho da nota.

Racismo perverte as instituições, diz Silvio Almeida

Após o ocorrido, o ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida afirmou neste domingo (18) em seu perfil oficial no X/Twitter que o episódio retrata como o racismo "perverte" as instituições no país e anunciou que irá, junto com a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, entrar em contato com as autoridades gaúchas e ajudar na construção de políticas de combate ao racismo:

Data da notícia: **19/02/2024**

Título: Emprego sem salário garantido cresce após reforma trabalhista

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/19/emprego-sem-salario-garantido-cresce-apos-reforma-trabalhista>

A quantidade de trabalhadores que está formalmente empregado no Brasil, mas não recebe sequer um real de pagamento por mês tem crescido. A possibilidade de contratação sem salário foi criada na reforma trabalhista de 2017 e, desde então, tem ganhado participação cada vez maior do mercado nacional.

O crescimento está registrado em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). De acordo com o cadastro, 5,86% das vagas de emprego com carteira assinada criadas no Brasil em 2023 foram de trabalho intermitente.

Em 2021, as vagas de trabalho intermitente eram 3,33% do saldo de contratações. Já em 2022, representavam 4,41% do total.

O trabalho intermitente é aquele em que o empregado não tem uma jornada estabelecida a cumprir. Trabalha só quando é convocado pelo patrão e cumpre as horas conforme a necessidade da empresa. Recebe um pagamento proporcional a essas horas. Não tem garantido, portanto, um salário fixo por mês e nem sequer algum salário. Pode, inclusive, não ser convocado e nada receber.

“O trabalho intermitente é uma nova modalidade de contrato de trabalho criada pela reforma trabalhista e que se caracteriza pela ausência de continuidade”, explicou Maria Vitória Costaldello Ferreira, advogada, mestre em Direitos Humanos e Democracia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). “É um trabalho precário, que conta para as estatísticas, mas não é algo que gere valor, qualidade de vida.”

Trabalho intermitente - saldo de contratações

2020 - 72.200

2021 - 92.671 (retomada pós-pandemia)

2022 - 83.352

2023 - 87.021

Saldo geral contratações

2020 - menos 191.043

2021 - 2.780.155 (retomada pós-pandemia)

2022 - 2.013.261

2023 - 1.483.598

Participação do intermitente saldo geral

2020 - não se aplica

2021 - 3,33%

2022 - 4,14%

2023 - 5,86%

Fonte: MTE/Caged

O trabalho intermitente é hoje considerado um “trabalho não típico” justamente por conta de suas características. Dessa forma, equipara-se ao trabalho temporário e de aprendiz.

O MTE estima que 5,3 milhões dos 43,9 milhões de trabalhadores formalmente empregados no país no final de 2023 eram trabalhadores não típicos. Procurado pelo Brasil de Fato no último dia 2, o MTE ainda não informou quantos dos não típicos eram intermitentes.

Paula Montagner, subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho do MTE, afirmou em entrevista coletiva no final de janeiro que eles vêm crescendo. Ressaltou, inclusive, que hoje cerca de 66% dos trabalhadores intermitentes não trabalham e nada recebem.

“A gente tem verificado recorrentemente que dois terços dos trabalhadores intermitentes têm contrato, mas não tem hora trabalhada nem salário”, afirmou ela. “Existe a potencialidade, mas eles não têm trabalho na prática e muito menos rendimento.”

Precarização

O dado de 2023, aliás, é pior do que os verificados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em 2021. Com base em dados oficiais do MTE, o órgão verificou que, naquele ano, 20% dos trabalhadores intermitentes ficaram sem trabalhar. Em dezembro daquele ano, 46% não trabalharam.

Segundo o Dieese, em 2021, os trabalhadores intermitentes ganharam em média R\$ 888 mês. No mesmo ano, o salário mínimo era R\$ 1.100 por mês. Ou seja, os trabalhadores intermitentes não trabalhavam o suficiente sequer para garantir um salário mínimo.

O economista Gustavo Monteiro trabalha no Dieese e ajudou a levantar os dados sobre trabalho intermitente. Para ele, o cenário é preocupante. Primeiro, porque essa modalidade de trabalho não gera renda necessária para a subsistência do trabalhador. Segundo, porque ele tem ganhado espaço até em setores que historicamente geravam empregos estáveis e com ganhos razoáveis aos empregados.

“Esse contrato foi criado com a expectativa de que fosse muito usado nos serviços de alimentação, para garçons e caixas de restaurante, por exemplo. Mas já temos esse contratos na indústria, na construção civil e no comércio também”, disse Monteiro, ao Brasil de Fato.

Contrarreforma

Monteiro é favorável a mudanças na legislação que revertam a reforma trabalhista de 2017, incluindo a reversão do trabalho intermitente.

Em sua campanha eleitoral em 2022, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu readequar a legislação trabalhista nacional visando uma “extensa proteção a todas formas de ocupação, de emprego e de relação de trabalho, com atenção especial aos autônomos, trabalhadores domésticos e de aplicativos e plataformas”.

No final de janeiro, entretanto, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, sinalizou que uma eventual discussão do que ele chama de “famigerada reforma trabalhista” não deve ser feita em 2024. Ele afirmou que uma contrarreforma dependerá de aprovação de deputados e senadores no Congresso Nacional. Lembrou que o ano é de eleições municipais e que seu ministério não pretende “estressar” os congressistas.

“Minha pasta terá poucos projetos este ano para sobrar tempo para os deputados fazerem suas campanhas e apoiarem seus candidatos a prefeito e vereador. Este não é ano de estressar o Congresso. Queremos deixar o Congresso tranquilo”, afirmou Marinho.

Data da notícia: **20/02/2024**

Título: Lula recebe apoio de governos de países latino-americanos após declarações sobre Israel

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/20/lula-recebe-apoio-de-governos-de-paises-latino-americanos-apos-declaracoes-sobre-israel>

Líderes de países da América Latina manifestaram apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) após as contundentes declarações sobre o governo de Israel e o massacre em Gaza. Considerado persona non grata pelo governo israelense, Lula mostrou ter grande respaldo entre os países vizinhos.

A Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba), formada por Antígua e Barbuda, Bolívia, Cuba, Dominica, Granada, Nicarágua, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Grenadinas e Venezuela divulgou uma nota em que afirma que os estados-membros solidarizam-se com Lula.

"O presidente do Brasil, Lula, é um líder de seu país e de nossa América, fiel defensor dos direitos humanos e dos princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas, do Direito Internacional e do respeito a autodeterminação dos povos", pontua a nota.

A Alba também pede o cessar-fogo imediato, e reforça o apoio à proposta — também defendida por Lula — de uma saída negociada para o conflito no Oriente Médio, que incluía a solução de dois Estados, dando à Palestina direitos plenos como Estado independente, com capital em Jerusalém Oriental.

O presidente colombiano, Gustavo Petro, foi às redes sociais para expressar "solidariedade integral" a Lula. Petro não mediu palavras, e disse que o que ocorre em Gaza neste momento é um genocídio, com as mortes de crianças, mulheres e idosos civis.

O ex-presidente boliviano Evo Morales também usou as redes sociais para declarar apoio a Lula. Para Evo, a declaração de persona non grata feita por Israel é injusta, já que o presidente brasileiro se manifestou em defesa da vida e da dignidade do povo palestino perante o genocídio em Gaza.

Data da notícia: **20/02/2024**

Título: Vereadores de SP adiam por mais 15 dias decisão sobre CPI para investigar padre Julio Lancellotti

Fonte pesquisada: <https://www.brasilefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasilefato.com.br/2024/02/20/vereadores-de-sp-adiam-por-mais-15-dias-decisao-sobre-cpi-para-investigar-padre-julio-lancellotti>

O Colégio de Líderes da Câmara Municipal de São Paulo voltou a se reunir nesta terça-feira (20) e decidiu adiar por 15 dias a decisão sobre a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Organizações Não-Governamentais (ONGs), para investigar o padre Julio Lancellotti e seu trabalho junto aos dependentes químicos da região conhecida como Cracolândia, no centro da capital paulista.

Na avaliação do presidente da Câmara Municipal, o vereador Milton Leite (Republicanos) e da maioria dos parlamentares, não há elementos suficientes para a instalação da CPI, já

que ela carrega em seu escopo original e formal uma proposta de investigação de ONGs, mas que na prática e no discurso é usada por seu proponente, o vereador Rubinho Nunes (Republicanos), como “plataforma política” e para “atacar” Lancellotti.

Há uma preocupação entre os vereadores com a exposição que o líder religioso possa sofrer, antes mesmo de qualquer investigação seja concluída. Por isso, evitam citar o nome do padre ou fazer qualquer ilação. Para os parlamentares, a acusação de abuso sexual deveria ser investigada pela polícia, a igreja ou o Ministério Público.

Neste momento, há uma investigação em curso, feita pela Arquidiocese de São Paulo sobre a denúncia de abuso sexual feita contra Lancellotti. Apesar da preocupação de uma parte dos parlamentares, Nunes mais uma vez usou o espaço para levantar suspeitas contra Julio Lancellotti.

“Chegou ao meu conhecimento que uma segunda vítima, um ex-usuário, adicto em recuperação, vai depor sobre fatos similares que ele teria presenciado, junto a Arquidiocese”, afirmou Rubinho Nunes, fundador do Movimento Brasil Livre (MBL).

Em seguida, Nunes informou que pretende levar o jornalista Cristiano Gomes, que acusa Lancellotti de abuso sexual e a “segunda vítima” para “prestar depoimento diretamente conosco aqui na Câmara”. A afirmação revoltou vereadores da oposição.

“Virou depoimento? Agora o Rubinho é delegado? Vamos parar com essa palhaçada. Agora tá expondo o padre. Tem que parar com essa palhaçada”, afirmou Arselino Tatto (PT).

Elaine Mineiro (PSOL) também protestou. “Se não há elementos, isso não deveria ser assunto de uma reunião do Colégio de Líderes. Se houver fatos novos que obriguem essa Casa a abrir uma CPI, isso deveria ser assunto, mas não há.”

Para Eliseu Gabriel (PSB), é “estranho que a CPI nem tenha sido aprovada e o proponente já está querendo conduzir depoimento. Agora, fazendo ilação aqui? Não tem cabimento conduzir inquérito sem CPI aberta.”

Data da notícia: **21/02/2024**

Título: 8 de janeiro: STF torna réus e mantém presos integrantes da antiga cúpula da PM do Distrito Federal

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/21/8-de-janeiro-stf-torna-reus-e-mantem-presos-integrantes-da-antiga-cupula-da-pm-do-distrito-federal>

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu tornar réus sete oficiais que integravam a cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) na época dos atentados bolsonaristas contra a Praça dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023. Em decisão unânime, a Primeira Turma do Supremo decidiu também manter a prisão preventiva dos envolvidos.

Atualmente a Primeira Turma do Supremo é composta por quatro ministros. O relator, Alexandre de Moraes, teve o voto seguido por Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux. A votação aconteceu em ambiente virtual, sem debates presenciais entre os ministros.

Os policiais envolvidos foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por omissão durante o quebra-quebra bolsonarista no Congresso, no Palácio do Planalto e na sede do próprio STF. A acusação aponta que eles teriam participado de conspirações iniciadas ainda em 2022.

Eles respondem na Justiça pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano qualificado contra patrimônio da União; deterioração de patrimônio tombado; e violações à Lei Orgânica da PMDF.

Os denunciados são os coronéis Klepter Rosa Gonçalves (ex-comandante-geral da PMDF); Fábio Augusto Vieira (ex-comandante-geral da PMDF); Jorge Eduardo Naime Barreto (ex-comandante do Departamento de Operações da PMDF); Paulo José Ferreira de Sousa (ex-comandante interino do Departamento de Operações da PMDF); e Marcelo Casimiro Vasconcelos (ex-chefe do 1º Comando de Policiamento Regional da PMDF). Além deles, são réus o major Flávio Silvestre de Alencar e o tenente Rafael Pereira Martins, que estavam trabalhando no dia dos ataques.

Mais 15 réus condenados

Em outra decisão do STF (neste caso, tomada pelo plenário), 15 pessoas acusadas de participação direta nos atos golpistas foram condenadas, o que levou a 86 o total de condenações já definidas. Os julgamentos também aconteceram no plenário virtual, sem debate presencial.

Todos os condenados, nesse caso, pegaram penas entre 12 e 17 anos de prisão e pagamento de multas, após acusações dos crimes de associação criminosa armada, dano qualificado, deterioração de patrimônio tombado, golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

A maioria dos ministros acompanhou o voto do relator, Alexandre de Moraes, embora Luís Roberto Barroso, Nunes Marques e André Mendonça tenham divergido em parte, sugerindo condenações por um número menor de crimes.

Os condenados são: Adalgiza Maria Dourado, Alessandra Faria Rondon, Ana Carolina Isique Guardieri Brendolan, Andre Luiz Barreto Rocha, Crisleide Gregorio Ramos, Daniel Soares do Nascimento, Diego Eduardo de Assis Medina, Ines Izabel Pereira, Joelton Gusmao de Oliveira, Levi Alves Martins, Luiz Fernando de Souza Alves, Nara Faustino de Menezes, Regina Aparecida Modesto, Tiago dos Santos Ferreira e Valeria Rosa da Silva Oenoki.

Data da notícia: **22/02/2024**

Título: Governo Lula anuncia novas medidas após o registro de 363 mortes de yanomamis em 2023

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/governo-lula-anuncia-novas-medidas-apos-o-registro-de-363-mortes-de-yanomamis-em-2023/>

O governo Lula (PT) anunciou, nesta quinta-feira 22, novas ações voltadas aos mais de 30,4 mil habitantes do território indígena Yanomami. O investimento previsto é de 1,2 bilhão de reais em crédito extraordinário.

No ano passado, houve 363 mortes registradas de indígenas da etnia, um número superior ao de 2022, quando 343 morreram. Os dados são do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde e foram divulgados nesta quinta.

Segundo o governo Lula, porém, houve subnotificação nos últimos anos. “Agora, sabemos o que temos, sabemos onde temos e temos o diagnóstico do que está acontecendo no

território, o que é diferente dos anos anteriores”, disse a secretária de Vigilância em Saúde, Ethel Maciel. “Agora podemos dizer onde estão os vazios existenciais e quais as necessidades.”

A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, afirmou que a gestão federal “sai do estado de ações emergenciais para ações permanentes, a partir da instalação da Casa de Governo em Boa Vista (RR)”. Uma comitiva irá à cidade na semana que vem.

Entre os anúncios, há a previsão de construir o primeiro hospital indígena na capital de Roraima, para serviços de atenção especializada de média e de alta complexidade.

O secretário de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Weibe Tapeba, afirmou que o plano é assinar um protocolo de intenções com a Universidade Federal de Roraima e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, a Ebserh, a fim de iniciar as obras da unidade neste ano.

Outras medidas projetadas são a construção e a reforma de mais 22 unidades básicas de saúde indígena, uma reforma completa da Casa de Apoio à Saúde Indígena de Boa Vista e a construção do centro de referência contra desnutrição na região do Surucucu.

De acordo com dados do governo, no primeiro ano de ações, houve mais de 21 mil atendimentos médicos por 960 profissionais, além da recuperação nutricional de mais de 400 crianças e da realização de 140 mil testes para detecção de malária.

Em outra ponta do plano, 13 operações da Polícia Federal resultaram em 175 prisões em flagrante e em 589 milhões de reais em bens apreendidos.

Data da notícia: **23/02/2024**

Título: Pretos e pardos têm menor acesso a saneamento básico no Brasil, mostra IBGE

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/pretos-e-pardos-tem-menor-acesso-a-saneamento-basico-no-brasil-mostra-ibge/>

O Brasil ainda tem 49 milhões de habitantes que não possuem atendimento adequado de esgotamento sanitário e 4,8 milhões de pessoas sem água encanada. Os dados, divulgados nesta sexta-feira 23, fazem parte do Censo Demográfico 2022, do IBGE. Os problemas atingem, em sua maioria, pessoas pretas e pardas.

Conforme citado, ao considerar o índice de pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas com serviços e condições ideais de saneamento básico, como acesso a rede de esgoto e banheiros, a taxa é inferior do que entre as pessoas amarelas e brancas que vivem no Brasil.

Cerca de 91,8% das pessoas amarelas e 83,5% das pessoas brancas têm acesso a uma rede de esgoto, coleta de lixo e de abastecimento de água adequada em casa. Enquanto, o total das pessoas pretas com essas mesmas condições em casa é de 75%. Entre pardo o índice é 68,9%. Já para os indígenas a parcela cai para apenas 29,9%.

O IBGE explica que essas desigualdades podem, em parte, ser atribuídas à distribuição geográfica dessas populações.

“Esse panorama está ligado à distribuição regional dos grupos, com presença maior da população de cor ou raça preta, parda e indígena no Norte e Nordeste, regiões com menor infraestrutura de saneamento”, explica Bruno Perez, analista da pesquisa, em nota sobre os resultados.

No entanto, “em todos os 20 municípios brasileiros mais populosos, a população de cor ou raça branca têm mais acesso a abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo do que a população de cor ou raça preta, parda e indígena”, conclui.

São 39 milhões de pessoas que despejam seus dejetos em fossas rudimentares ou buracos, e mais de 4 milhões têm rios, lagos ou o mar como destino de seu esgoto.

O restante, mostra o instituto, vai para valas ou outros tipos de locais de descarte não especificados. Outros 1,18 milhão de brasileiros não têm banheiro em casa.

O Norte é a região do Brasil com o menor percentual da população com acesso a uma estrutura adequada de saneamento básico: são só 46,4% –menos da metade dos seus 17,2 milhões de habitantes. Já o Sudeste lidera com 90,7% de acesso.

Data da notícia: **24/02/2024**

Título: Chega a 101 o número de condenados pelo 8 de janeiro

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/chega-a-101-o-numero-de-condenados-pelo-8-de-janeiro/>

O Supremo Tribunal Federal já condenou um total de 101 pessoas pela participação nos atos do 8 de janeiro, em Brasília.

Na noite da sexta-feira 23, a Corte formou maioria pela condenação de mais 15 acusados.

As penas impostas até aqui variam de 3 a 17 anos. Para esses novos 15 condenados, variam de 12 a 17 anos de prisão para oito mulheres e sete homens pelo voto do relator. Como há maioria pela condenação, mas não pelas penas, ainda haverá necessidade de modulação.

A condenação também abrange o pagamento de indenização, a título de danos morais coletivos, no valor mínimo de R\$ 30 milhões. Esse valor será quitado de forma solidária por todos os condenados, independentemente do tamanho da pena.

A maioria dos acusados foi julgada pela prática dos crimes de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

Em todos os casos, os ministros da Corte votaram a partir de acusações apresentadas pela Procuradoria Geral da República.

Data da notícia: **24/04/2024**

Título: Políticos pagam campanhas nas redes e organizam caravanas para ato pró-Bolsonaro em SP

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/politica/politicos-pagam-campanhas-nas-redes-e-org-anizam-caravanas-para-ato-pro-bolsonaro-em-sp/>

“Temos um encontro marcado para o dia 25 de fevereiro na Avenida Paulista.” Essa frase abre um dos muitos vídeos publicados nas redes sociais com patrocínio de políticos bolsonaristas que convocam militantes para a manifestação deste domingo em São Paulo. Na data, Jair Bolsonaro e seus aliados planejam realizar um grande protesto em defesa de si mesmos, numa tentativa de mostrar força frente às operações da Polícia Federal que investigam indícios de articulação para um golpe de Estado após as eleições de 2022.

Levantamento da Agência Pública revela que parte do alcance desses conteúdos tem sido paga por políticos bolsonaristas – que vão de aspirantes às eleições deste ano a senadores e deputados –, além de empresários e páginas de conteúdo político locais.

Segundo a Pública apurou, anúncios que convocam para a manifestação tiveram seu alcance impulsionado com valores entre R\$ 2 mil e R\$ 2,5 mil. Esse dinheiro rendeu até 370 mil impressões para usuários do Facebook e Instagram (o número de vezes que o anúncio apareceu em telas).

Parte dos anúncios também tem servido para organizar caravanas que tentam levar apoiadores do interior de São Paulo e até de outros estados para o protesto.

Políticos da base aliada de Tarcísio pagam anúncios para o ato

Dentro do gabinete de um dos principais aliados do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), está um dos políticos que têm pago anúncios para o ato bolsonarista na Paulista.

Gabriel Felipe Gonçalves de Barros, conhecido como Gabriel Felipe, colocou nas redes no dia 19 de fevereiro um anúncio para apoiadores de Bolsonaro sobre uma caravana que sai de Cubatão e vai até a Paulista no domingo. Felipe gastou entre R\$ 100 e R\$ 199 no post, que alcançou entre 8 mil e 9 mil pessoas.

Ele é presidente do PL em Cubatão, no litoral paulista, e assistente parlamentar no gabinete do deputado estadual Tenente Coimbra (PL) – um dos grandes apoiadores do governador na Assembleia do estado. Em dezembro, Felipe recebeu R\$ 9,6 mil de salário no gabinete de Coimbra. Nas últimas eleições municipais, ele concorreu para vereador pelo Patriotas de Cubatão, mas não foi eleito.

A reportagem entrou em contato pelo número divulgado no anúncio das caravanas, que usa uma fotografia de Felipe. No telefone, foi informado que a van já estaria esgotada, mas que outras cidades da Baixada também contariam com transportes, que estariam ligados ao Tenente Coimbra. A Pública questionou o político sobre a origem do recurso para os impulsionamentos, que não respondeu até a publicação da reportagem.

Ao todo, a Pública encontrou seis cidades com caravanas anunciadas por Coimbra em suas próprias redes: além de Cubatão, Santos, São Vicente, Itanhaém, Peruíbe e Praia Grande. Em seu perfil no Instagram, Coimbra postou uma foto informando as cidades e contatos dos organizadores. Questionamos a assessoria do militar sobre a organização das caravanas e os anúncios realizados pelo seu assistente. A assessoria não respondeu até a publicação da reportagem.

Outro político que tem impulsionado convocações para a manifestação do dia 25 é o pré-candidato à prefeitura de Americana Ricardo Molina, coordenador regional do Republicanos, partido de Tarcísio. Molina é um dos responsáveis por organizar caravanas saindo de lojas da Havan de Santa Bárbara d'Oeste, cidade vizinha a Americana, no interior do estado.

O investimento foi de R\$ 200 a R\$ 299 em anúncios que já ultrapassam 150 mil impressões. O público-alvo das postagens são os usuários localizados em São Paulo. A reportagem tentou contato com o político por email, que ainda não respondeu.

Nos dois anúncios impulsionados exclusivamente para Instagram, o parlamentar aparece ao lado de Tarcísio, da deputada federal Carla Zambelli (PL) e do vereador Felipe Corá (PRD), de Santa Bárbara. Corá seria o responsável por organizar a caravana, segundo um número de telefone pessoal que aparece na postagem.

De acordo com biografia no site da Câmara Municipal da cidade, “Felipe esteve à frente da campanha do presidente Jair Bolsonaro na cidade e foi o organizador das carreatas ‘Fora Dória’, que levaram mais de quatro mil carros para as ruas”.

A Pública também identificou a promoção de convite para uma caravana para o ato na Paulista pelo vereador Madson Henrique (PL), de Jundiaí, também no interior de São Paulo. Ele impulsionou uma postagem com valores entre R\$ 200 e R\$ 299 que ficou ativa entre 16 e 20 de fevereiro. O anúncio teve um alcance entre 10 mil e 15 mil vezes para usuários do Facebook e Instagram.

Questionado pela reportagem se foram usados recursos públicos para a divulgação do anúncio, o vereador afirmou que a Câmara de Jundiaí, não dispõe de verba parlamentar,

apenas o salário e um carro para eventuais saídas. Sobre ser um dos organizadores da caravana que havia publicado em seu perfil, Madson Henrique disse: “Eu apenas ajudei na divulgação da caravana, tem várias saindo daqui”.

Políticos de fora de São Paulo confirmam presença – e bancam anúncios

Segundo a Pública apurou, não são apenas os políticos do estado de São Paulo que têm pago anúncios convocando para a manifestação de 25 de fevereiro. Deputados e senadores de várias partes do país, inclusive de regiões muito distantes de São Paulo, têm gasto com propaganda para o ato e confirmado presença.

O senador pelo Acre Marcio Bittar (União Brasil) fez ao menos dois anúncios patrocinados convocando para as manifestações.

Em um deles, publicado em 19 de fevereiro, que custou de R\$ 100 a R\$ 199 e teve entre 15 mil e 20 mil impressões, o político aparece ao lado do também senador Rogério Marinho (PL-RN). Ambos anunciam a participação no ato e convocam os apoiadores à avenida Paulista. A postagem teve cinco vezes mais visualizações de usuários em São Paulo que no estado do senador, o Acre.

Em outro vídeo, publicado em 19 de fevereiro, o senador questiona a representação das lideranças do Partido dos Trabalhadores (PT) no Ministério Público Eleitoral (MPE), que pede investigação e impedimento de possíveis ataques antidemocráticos como o de 8 de janeiro de 2023. Na gravação, Bittar faz menção ao protesto convocado por Bolsonaro em São Paulo. A propaganda custou entre R\$ 100 e 199 e teve um alcance de 10 mil a 15 mil impressões no Instagram.

Ativo nas redes sociais, Bittar nasceu em Franca, no interior de São Paulo, mas foi no Acre que ele consolidou sua carreira política, ao ser eleito deputado federal em duas oportunidades (1999 e 2011). Com 23,28% dos votos dos acrianos, ele se consagrou senador em 2018, no mesmo pleito em que Jair Bolsonaro foi eleito presidente.

Com 70 mil seguidores no Facebook e 30 mil no Instagram, Bittar gastou R\$ 19 mil da cota parlamentar para impulsionar conteúdos nas redes sociais entre janeiro e dezembro de 2023. O mais alto desses contratos é de dezembro, quando foram pagos R\$ 6,6 mil para o Facebook. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2024, não há registros de gastos com conteúdos digitais.

A reportagem perguntou ao senador sobre o patrocínio dos chamados para o ato e questionou se ele utilizou verba pública para bancar a campanha. As questões não foram respondidas até a publicação da reportagem.

Já o deputado estadual de Pernambuco Renato Antunes (PL) tem impulsionado desde o dia 19 de fevereiro seis postagens semelhantes que convocam para o ato na Paulista.

O valor total pago pelos anúncios está entre R\$ 800 e R\$ 900. As impressões estão entre 125 mil e 150 mil no Facebook e Instagram. Os anúncios foram direcionados exclusivamente para usuários em Pernambuco. No vídeo, ele declara apoio a Bolsonaro, informando sua participação.

[...]

Data da notícia: **25/02/2024**

Título: Bolsonaro pede 'borracha no passado' e anistia para golpistas de 8 de janeiro

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/25/bolsonaro-pede-borracha-no-passado-e-anistia-para-golpistas-de-8-de-janeiro>

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pediu neste domingo (25) durante ato na Av. Paulista (SP) que o Brasil passe uma “borracha no passado”, em referência a tentativa de golpe de Estado que ocorreu no dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília, e que o Congresso Nacional elabore um projeto de lei que possa anistiar os golpistas.

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pediu neste domingo (25) durante ato na Av. Paulista (SP) que o Brasil passe uma “borracha no passado”, em referência a tentativa de golpe de Estado que ocorreu no dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília, e que o Congresso Nacional elabore um projeto de lei que possa anistiar os golpistas.

“Teria muito a falar, tem gente que sabe que eu falaria. O que eu busco é a pacificação, é passar uma borracha no passado. É buscar maneira de vivermos em paz, não continuarmos

sobressaltados. É, por parte do parlamento brasileiro, uma anistia para os pobres coitados que estão presos em Brasília. Não queremos mais que seus filhos sejam órfãos de pais vivos”, explicou Bolsonaro.

O ex-presidente insistiu no tema e disse que “nós já anistiamos no passado quem fez barbaridade no Brasil”, mas não especificou sobre qual período da história se referia. Em 1979, uma lei serviu para anistiar os agentes do Estado que aturam na ditadura militar e que cometeram crimes.

As declarações foram dadas durante o ato pró-Bolsonaro. Cerca de quatro quarteirões da via estiveram ocupados para a manifestação, o que sugere uma presença de público menor do que esperado pelos bolsonaristas.

“Foi abaixo do público que eles pretendiam, que era entre 500 mil e 700 mil, mas foi uma demonstração de força”, pontua o cientista política Rudá Ricci. “Acredito que o discurso do Bolsonaro acabou ofuscado pelo Silas Malafaia.”

Sem provas, o pastor Silas Malafaia sugeriu que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sabia da tentativa de golpe de 8 de janeiro. “Mas eu tenho algumas perguntas para fazer: primeiro, por que Lula saiu às pressas de Brasília e foi para Araraquara (a enchente em Araraquara ocorreu no dia 28 de dezembro, 10 dias antes)? Ele foi avisado que ia ter baderna?”, perguntou o líder religioso.

“A fala do Malafaia foi horrível e ele deu a entender que o Lula sabia do 8 de janeiro, ele avançou no sinal em temas muito sensíveis. Qual o interesse de um líder religioso em se expor desse jeito? O Malafaia quer ser preso? Se sim, por quê? Quer dizer que foi perseguido como Jesus? Tem alguma coisa que não está muito clara”, argumenta Ricci.

Bolsonaro foi incluído na relação de investigados dos pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, por Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Para o magistrado, o ex-presidente manteve “intensas reações” nas redes sociais, que teriam inflado os golpistas.

Rapidinho

Chamou a atenção a imprensa com que Valdemar da Costa Neto, presidente do PL, partido de Bolsonaro, passou pelo ato. Ele discursou na manifestação por apenas 20 segundos e antes que o ex-presidente chegasse ao local, para evitar uma fotografia conjunta.

“Vim aqui para falar que vocês transformaram o PL no maior partido do Brasil. Pátria, saúde e liberdade, com a família”, disse Neto, que em seguida entregou o microfone e foi embora da avenida Paulista com uma comitiva do partido.

Costa Neto foi o único presidente de partido a aparecer na manifestação. Nenhuma outra legenda enviou representantes para manifestar apoio a Bolsonaro. Entre os governadores bolsonaristas eleitos em 2022, apenas quatro estiveram no ato.

De acordo com a CNN, Costa Neto recebeu a orientação de se manter afastado de temas polêmicos e de Bolsonaro, durante a manifestação deste domingo. Por isso, elegeu fazer uma passagem relâmpago por São Paulo.

Data da notícia: **27/02/2024**

Título: Comissão da Câmara dá sinal verde a PEC que concede isenção tributária a igrejas; texto vai a plenário

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/27/comissao-da-camara-da-sinal-verde-a-pec-que-concede-isencao-tributaria-a-igrejas-texto-vai-a-plenario>

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 5/2023, que estende a isenção tributária de igrejas e templos religiosos no país, foi aprovada em comissão especial na Câmara dos Deputados nesta terça-feira (27). Encabeçada pelo deputado e bispo licenciado da Igreja Universal Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), a medida passou por votação simbólica, método em que não há registro eletrônico de votos individuais porque os parlamentares se manifestam apenas por meio de gestos de apoio ou reprovação.

A proposta original de Crivella fixava imunidade também para partidos políticos, sindicatos, instituições de educação e assistência social que não sejam voltadas para fins lucrativos, mas o relator da PEC na comissão, deputado Fernando Máximo (União-RO), retirou essa parte e manteve a dispensa apenas para igrejas. Esse trecho também era mal visto pelo governo Lula, que defendia a sua retirada.

Atualmente, pela Constituição Federal de 1988, igrejas e templos já contam com isenção para patrimônio, renda e serviços que tenham relação com o que se entende por "finalidades essenciais" dessas instituições. O que o texto da PEC faz é estender o benefício para compras de bens e serviços tidos como "necessários" à composição desse patrimônio e da prestação de serviço.

Na prática, significa que essas entidades passarão a ter isenção para tributações indiretas, como é o caso de impostos presentes em contas de energia, materiais de construção e afins. A ideia da proposta é que esse benefício seja operado por meio de uma devolução de créditos dirigida às igrejas.

A PEC prevê que seja aprovada adiante uma lei complementar para definir normas para esse processo de devolução. Além disso, o texto estipula que o Conselho Nacional de Política Fazendária terá até 31 de dezembro de 2025 para fixar detalhes para esse processo de retorno dos valores. Segundo Fernando Máximo, o governo deixará de arrecadar cerca de R\$ 1 bilhão em impostos anuais, caso a medida receba aval final do Congresso.

Votação

O colegiado responsável pela PEC tem 43 membros titulares e 23 deles estavam presentes na votação desta terça-feira, segundo os registros do sistema eletrônico da Casa. Dos cinco parlamentares do PT que integram a comissão como titulares, apenas a deputada Denise Pessôa (PT-RS) compareceu. Ela não fez declarações na sessão em relação ao texto.

O texto já havia sido aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa em setembro do ano passado, quando recebeu voto contrário apenas dos deputados Sâmia Bomfim (PSOL-SP), Patrus Ananias (PT-MG) e Flávio Nogueira (PT-PI). Com o aval da comissão especial, a PEC será encaminhada agora para avaliação do plenário, onde tem tendência de aprovação, segundo calculam parlamentares de diferentes partidos nos bastidores.

Um dos motivos para a facilidade no fluxo de tramitação do texto é que a proposta recebeu apoio tácito do governo Lula, que decidiu não embarreirar a votação para evitar novos confrontos com a ala evangélica, com a qual a gestão vem enfrentando momentos de conflito. Em janeiro deste ano, por exemplo, a Receita Federal suspendeu a isenção de cobrança de impostos sobre valores recebidos por pastores, medida que foi adotada na gestão Bolsonaro. A mudança gerou amplo desgaste na relação.

Agora, o governo vê a PEC 5/2023 como um meio para tentar ampliar o diálogo com eleitores evangélicos em 2024, ano de eleições municipais – brasileiros adeptos dessa religião representam mais de 20% da população do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Há possibilidade de o texto ser submetido a plenário ainda nesta terça-feira. A bancada evangélica pressiona para que, ao ser rapidamente aprovada, a PEC seja promulgada perto da Semana Santa, uma forma de acenar politicamente para o eleitorado religioso. Quando for analisada pelo plenário, a proposta precisará de um mínimo de 308 votos em dois turnos diferentes de votação para ser chancelada e seguir para apreciação do Senado.

Data da notícia: **28/02/2024**

Título: Acusado de desmanchar e descartar carro usado no assassinato de Marielle é preso no RJ

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/28/acusado-de-desmanchar-e-descartar-carro-usado-no-assassinato-de-marielle-e-preso-no-rj>

A Polícia Federal (PF) e o Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Gaeco/MPRJ) prenderam na noite desta quarta-feira (28) um homem acusado de ser o dono do estabelecimento onde o carro usado para o assassinato da vereadora Marielle Franco foi desmanchado. Ele foi encontrado na cidade de Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense.

O homem, que não teve a identidade revelada, havia sido denunciado pelo Ministério Público em agosto de 2023. De acordo com a PF, ele foi o responsável por receber o veículo usado pelos assassinos de Marielle e do motorista Anderson Gomes, realizar o desmanche e descartar as peças.

A denúncia também aponta que o acusado dificultou as investigações de crimes envolvendo uma organização criminoso.

De acordo com o jornal O Globo, o homem foi identificado por meio da delação premiada de Élcio Queiroz, um dos acusados pelo assassinato de Marielle e Anderson.

O acusado foi levado para a Superintendência Regional da PF no Rio de Janeiro e será encaminhado para o sistema prisional.

Data da notícia: **28/02/2024**

Título: Julgamento no STF definirá futuro do reconhecimento de vínculo empregatício entre trabalhadores e aplicativos

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/28/julgamento-no-stf-definira-futuro-do-reconhecimento-de-vinculo-empregaticio-entre-trabalhadores-e-aplicativos>

Nesta quarta-feira (28) o Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para que o julgamento de uma ação entre uma motorista e a Uber (RE 1.446.336) tenha repercussão geral. Assim, a decisão sobre a existência ou não de vínculo empregatício neste caso vai padronizar como todas as disputas judiciais entre plataformas e trabalhadores de aplicativos serão tratadas no país.

A despeito de manifestações contrárias de trabalhadores, sindicatos e pesquisadores do tema, os seis ministros que votaram em plenário virtual foram unânimes em considerar a questão constitucional e que deve ter repercussão geral. Além do relator Edson Fachin, votaram os ministros Flávio Dino, Carmen Lúcia, Alexandre de Moraes, Luiz Fux e André Mendonça.

O STF tem contrariado recorrentemente decisões da Justiça do Trabalho que reconhecem o vínculo de emprego entre trabalhadores de aplicativo e empresas como Uber, iFood e 99. Na prática, se a Corte repetir o posicionamento neste caso, motoristas e entregadores não conseguirão mais ganhar ações trabalhistas.

O julgamento sobre o mérito da ação ainda não tem data marcada.

"Consequências catastróficas"

Em uma carta pública ao STF, 595 pesquisadores e especialistas do direito do trabalho de 38 países alertam que "as consequências podem ser catastróficas". Segundo o documento, se o vínculo empregatício não for reconhecido, "o Brasil estará se afastando da prática usual dos tribunais ao redor do mundo e violará uma série de tratados de direitos humanos que assinou".

"O que o Supremo Tribunal tem decidido", lembra a carta, em referência a decisões anteriores que não tinham repercussão geral, "é que uma vez assinado um contrato civil, os fatos não importam, e o Tribunal do Trabalho é impedido de observar a realidade e deve aceitar os termos do contrato formal".

Assim, alertam os pesquisadores, "a tese não afetará apenas os trabalhadores de plataformas digitais, mas praticamente qualquer trabalhador".

Data da notícia: **29/02/2024**

Título: Ministro do STM defende absolvição de militares por morte de músico com 82 tiros no Rio

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/29/ministro-do-stm-defende-absolvicao-de-militares-por-morte-de-musico-com-82-tiros-no-rio>

O ministro Carlos Augusto Amaral de Oliveira, do Superior Tribunal Militar, votou para reduzir de 31 anos de prisão para 3 anos, dez meses e 24 dias a pena do tenente Ítalo da Silva Nunes Romualdo, que comandou o grupo que matou o músico Evaldo Rosa com 82 tiros e do catador de latinhas Luciano Macedo no Rio de Janeiro, em abril de 2019. Ele ainda entendeu que os outros sete militares que haviam sido condenados a 28 anos em 2021 devem receber penas de três anos, dois meses e 12 dias.

A redução drástica das penas foi defendida pelo ministro, pois ele entendeu que os militares devem ser absolvidos pela morte do músico Evaldo Santos e que deveriam ser enquadrados apenas por homicídio culposo (quando não há intenção de matar) no caso do

catador de lixo Luciano Macedo, que foi alvejado pelos militares no dia, mas morreu dias depois no hospital.

Para reduzir as penas dos militares, Amaral utilizou um vídeo que mostrou o momento do ataque dos militares, apresentando pelo MPM durante o julgamento em primeira instância. O vídeo havia sido questionado pela defesa dos militares, mas para o ministro o material demonstraria que Evaldo Rosa poderia ter morrido no primeiro disparo que o atingiu, pelas costas.

Naquele momento, os militares ainda estavam trocando tiros com um assaltante próximo de onde estavam o músico e sua família. Por este motivo, o ministro entendeu que os militares teriam reagido em legítima defesa ao atingir o músico pela primeira vez e, portanto, que deveriam ser absolvidos pela morte.

Os assaltantes fugiram em um Ford Ka branco, o mesmo modelo do carro de Evaldo, o que teria causado confusão nos militares, que alvejaram o músico, tese da defesa que foi encampada em parte pelo ministro relator e pelo revisor.

"Por essa razão, essa dúvida (em relação ao tiro que teria matado o músico) deve militar em favor dos apelantes no contexto do segundo fato, ou seja no momento em que se depararam com o Ford Ka sedan cor branca pela segunda vez, imaginando que estivessem diante dos bandidos que os haviam atacado instantes antes e dessa forma acolher-se a tese do crime impossível já que o sr. Evaldo estaria sem vida", afirmou o ministro.

O magistrado ainda defendeu que a acusação de tentativa de homicídio em relação ao Evaldo, também atingido no dia, deveria na verdade ser enquadrada como lesão corporal, crime que já teria prescrito, e por isso as penas totais dos militares envolvidos no episódio deveriam ser bem menores do que as aplicadas em primeira instância.

O voto dele foi seguido na íntegra pelo ministro revisor do caso, José Coêlho Ferreira, mas o julgamento foi suspenso na noite desta quinta-feira (29) devido a um pedido de vista da ministra Maria Elizabeth Teixeira. Com isso, o julgamento dos militares segue aberto. A sentença ainda será definida após os votos de todos os 15 ministros da corte, que é a última instância da Justiça Militar, o ramo do Judiciário responsável por julgar os crimes cometidos por militares.

Um dos laudos produzidos ao longo da investigação apontou que foram feitos 257 disparos contra o veículo onde estava Evaldo e seus parentes, mas a acusação do MPM e a sentença levaram em consideração que foram 82 tiros contra o veículo e as vítimas.

Após a sessão desta quinta, o advogado André Perecmanis, que representa a família das vítimas e atuou como assistente de acusação do Ministério Público Militar, disse esperar que a ministra consiga mudar o entendimento dos demais magistrados da corte.

"Nós confiamos que a ministra Maria Elizabeth vá divergir do entendimento adotado hoje e convencer os demais julgadores de que o disparo de 257 tiros contra inocentes, destruindo duas famílias, não seja tratado como uma mera infelicidade", afirmou o advogado.

Penas reduzidas

Ao todo, 12 militares foram denunciados por envolvimento no episódio. Na primeira instância, quatro foram absolvidos e os outros oito condenados. Agora, no STM, o ministro relator decidiu manter a absolvição dos quatro e mudar drasticamente as penas dos demais.

Caso as penas propostas pelo ministro relator sejam confirmadas, nenhum dos militares deve ir à prisão, já que seriam cumpridas em regime aberto.

"Verifica-se que os apelantes não queriam e nem desejavam o resultado mortis", afirmou o ministro relator em seu voto, após mais de seis horas de julgamento iniciado na tarde desta quinta-feira. O magistrado ainda defendeu em seu voto que o tenente Ítalo da Silva permaneça nos quadros militares, mas que os demais sejam expulsos do Exército caso ainda estejam na Força.

'Infelizmente hipótese não foi explorada'

O magistrado chegou a lamentar o fato de a hipótese do músico ter morrido com o primeiro tiro que recebeu, nas costas, não ter sido discutida ao longo da investigação. "Infelizmente essa hipótese não foi explorada ao longo da instrução criminal. Contudo, nada impede diante das circunstâncias apontadas que se invoque o princípio da livre apreciação das provas", seguiu o ministro.

Na prática, o relator entendeu que, além do laudo pericial sobre a morte do músico, também deveria ser levado em conta no julgamento o relato de testemunhas de que o músico teria desfalecido já no primeiro disparo dos militares e que cabe aos magistrados avaliarem livremente o peso de cada elemento da investigação na hora de julgar, não se limitando somente aos laudos técnicos do caso.

"É bem verdade que a lesão no couro cabeludo é protuberante, pois fora causada pelos militares por meio de fuzil a uma distância aproximada de 50 metros, mas essas circunstâncias não podem prevalecer de forma absoluta diante das informações trazidas pelas testemunhas aptas a questionar se o sr. Evaldo já não estaria sem vida em razão do

tiro que o atingiu nos minutos que antecederam do segundo fato", afirmou o relator em seu voto.